Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

16º concurso - 2025

Prosas e Poesias

Imprensa Nacional

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Fazenda
Dario Carnevalli Durigan

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
Robinson Sakiyama Barreirinhas

Subsecretária-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Adriana Gomes Rêgo

Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Gustavo Andrade Manrique

Coordenador-Geral de Atendimento
José Carlos Nogueira Junior

Chefe da Divisão de Memória Institucional
Fabiane Paloschi Guirra

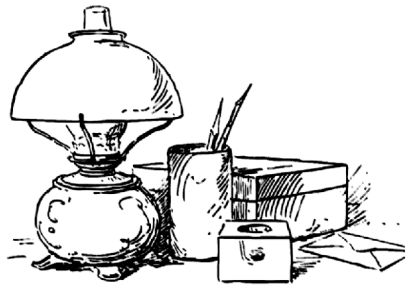
Comissão Julgadora do 16º Concurso Histórias de Trabalho da RFB
Márcio da Silva Ezequiel - Dicim/Cogea - Presidente da Comissão
Abigair Aparecida dos Santos - Cofis
Branca Moura Machado - SRRF06
Juliana Maria de Lucena - DRF/Santo André
Rudimar Radatz - DRF/Novo Hamburgo

Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

16º Concurso - 2025

Prosas e Poesias



Receita Federal

Memória Institucional

Copyright 2026 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação
Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica
Márcio da Silva Ezequiel

Impressão e acabamento
Imprensa Nacional

Tiragem
300 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Memória Institucional - Brasília: RFB, 2026

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 16º Concurso, 2025.

175p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação IX

Prefácio XI

Introdução XIII

Prosas Premiadas

Conheça nossa Aduana
Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho 19

O dia em que o menino Michael colocou em apuros o Professor Receita
Luiz Cláudio Martins Henriques 27

Conheça nossa Receita: Cães, seriado e a sociedade
Tatiana das Neves Leme 43

Menção Honrosa

Cidadania e Educação Fiscal na minha trajetória: Lições aprendidas e desafios superados
Lucilene Marinho Lopes 51

Prosas Classificadas

A presença feminina na Receita Federal do Brasil
Ana Emília Baracuhy Cavalcanti 67

A Receita que toca
Cláudia Carneiro Condé Godoy 76

Amélia é que era contribuinte de verdade!
Ney Carline Limonge 78

Ansiedade
Guilherme Fernando Scandelai 85



Cidadania Fiscal em tempos de COVID-19
Ademir José Balena 90

Cidadania Fiscal: Um legado de conhecimento que promove um tributo à solidadriedade
Antônio Jordão da Silva Júnior 93

Dignidade para minha filha
Melissa Fernandes Geraldo Mafaldo 98

História de vida de um servidor da RFB
Túlio Acácio de Souza Oliveira 100

O ‘’*genius loci*’’ da Receita Federal em Manaus
João Bosco Silveira da Silva 107

O caminho até o fim
Rossana Veltrini Amud 111

Quando a solidariedade ganha voz e rosto
Diego Araújo Melo 115

Servidor cidadão
Valmir Paulino Benício 118

Trabalho na Ilha do Bananal
Sylvia Jeanne Polidório Filgueira 124

Uma decisão complicada
Márcia Inês Gurski de Lima 126

Uma história na fronteira do Paraguai
Mirtes de Fátima Santos 131

Poesias Premiadas

Motivando a inclusão da Cidadania Fiscal na extensão universitária
Honorino José Gonçalves 141

Desafo(u)ro
Cléber Marcelo Fernandes Caetano 147

Cidadania Fiscal: Um universo, vários versos
João Batista da Silva Machado 155



Menção Honrosa

Homenagem a Deco e Odin
Gediel Pinheiro de Sousa.....163

Poesias Classificadas

Educação Fiscal nas Escolas
Valmir Paulino Benício.....169

Receita CIDADÃ
Edrieize Falcão Inda Toyoda.....171

Soneto da Cidadania Fiscal
Valmir Paulino Benício.....173



Apresentação

A Divisão de Memória Institucional da Receita Federal do Brasil apresenta a 16ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da RFB. Criado em 2010, o prêmio oportuniza o resgate histórico de atividades laborais, programas institucionais e experiências vivenciadas no âmbito da Instituição por seus servidores.

Neste ano, a temática sugerida foi "*Relatos de Cidadania Fiscal*", resultando na seleção de 19 prosas e 7 poesias. Além dos trabalhos classificados e publicados, o concurso prevê a premiação das três primeiras colocações em cada modalidade, com possibilidade de indicação de menção honrosa pela comissão julgadora.

Na categoria prosa, o primeiro trabalho premiado recupera o histórico de uma iniciativa pioneira em Educação Fiscal desenvolvida em Brasília em 2008, a qual mais tarde integraria o projeto "*Conheça Nossa Aduana*", atualmente com realizações periódicas em todo o país. O relato destaca a força do trabalho colaborativo, a evolução das práticas educativas e o orgulho institucional de contribuir para uma sociedade mais consciente, participativa e comprometida com o bem comum.

Na categoria poesia, o primeiro colocado celebrou, em versos, a Cidadania Fiscal no contexto da extensão universitária, ressaltando seu papel como promotora da função social do tributo.

O conjunto das narrativas recebidas revela a pluralidade que enriquece a Instituição. Além das já habituais "histórias de vida" de servidores aposentados ou próximos de concluírem sua trajetória na ativa,

esta edição contou com um relato de uma servidora recém-nomeada no último concurso público, cujo interesse pela Memória Institucional foi despertado ainda durante o curso de formação.

Agradecemos a todos e todas que compartilharam suas histórias, desejando que continuem escrevendo e inspirando tantos outros colegas a participarem. De igual modo, aproveitamos para agradecer à equipe da Divisão de Memória Institucional e à Comissão Julgadora pela dedicação com que, ano após ano, contribuem para o sucesso deste projeto.

Que este volume motive as futuras gerações a se manterem atentas às boas práticas no exercício de suas atribuições e aos resultados positivos delas decorrentes.

Uma excelente leitura!

Fabiane Paloschi Guirra
Chefe da Divisão de Memória Institucional
Receita Federal do Brasil

Prefácio

A cada nova edição, o Concurso *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil* reafirma seu propósito de preservar a memória institucional por meio das vivências de seus servidores, revelando vivências profissionais que unem conhecimento técnico, compromisso público e sensibilidade humana.

Os trabalhos aqui selecionados percorrem diferentes cenários da atuação da Receita Federal, evidenciando iniciativas de Cidadania Fiscal, bem como experiências no atendimento ao contribuinte e nas atividades aduaneiras.

Entre relatos de visitas guiadas que apresentam à sociedade o funcionamento das alfândegas, narrativas sobre projetos educativos em escolas públicas e reflexões sobre o diálogo entre Estado e cidadão, emergem histórias que demonstram como o trabalho institucional pode inspirar curiosidade, despertar consciência cidadã e fortalecer o espírito de equipe.

O conjunto desta obra explora episódios marcantes, desafios enfrentados no desenvolvimento de projetos de Cidadania Fiscal, e práticas de interação com a sociedade. Além das narrativas em prosa, as poesias acrescentam um registro reflexivo dessas vivências, traduzindo em linguagem literária sentimentos, memórias e percepções sobre o servir público.

Assim, esta coletânea convida o leitor a percorrer histórias que revelam não apenas a dimensão administrativa da Receita Federal, mas a criatividade e o compromisso de seus servidores com a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e justa.

José Carlos Nogueira Junior
Coordenador-Geral de Atendimento
Receita Federal do Brasil



Introdução

"Quando os cidadãos entram em contato com os temas da Cidadania Fiscal, acontece um despertar participativo, que os anima a entender como funcionam as coisas e como apresentar sugestões para que a vida em sociedade melhore."

Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho
Primeiro colocado na Categoria Prosa

"*Relatos de Cidadania Fiscal*" foi o tema sugerido para despertar as memórias dos servidores da Receita Federal nesta edição. De certo modo, pode-se dizer que todos os classificados tangenciaram a proposta, já que o conceito perpassa, transversalmente, cada processo de trabalho da Instituição. Vários, entretanto, foram os registros do histórico de ações diretamente relacionadas aos programas e projetos desse campo de atuação.

Iniciativas voltadas à Cidadania Fiscal são desenvolvidas em todo o Brasil a fim de facilitar à sociedade a compreensão da função socioeconômica dos tributos, que viabilizam os serviços de saúde, educação, segurança e infraestrutura. A partir desse entendimento, fortalecem-se os laços de confiança entre o contribuinte e a administração fiscal. A Receita Federal passa a ser vista como parceira da sociedade, atuando na proteção da economia nacional e no combate à sonegação, ao descaminho e contrabando e à lavagem de dinheiro.



Entre os programas com atividades em todo o território nacional, destaca-se o *Conheça Nossa Aduana*, que permite, periodicamente, a visita de portos, aeroportos e pontos de fronteira. Os visitantes observam de perto como a Receita exerce o controle aduaneiro, utilizando tecnologia de ponta para impedir a entrada irregular de mercadorias e produtos. Demonstrações com cães de faro, treinados para identificar bagagens e cargas contendo entorpecentes, integram as atividades.

Mercadorias em situação irregular, com aplicação da pena de perdimento, passam a contar com a assistência do programa *Receita Cidadã.* Com foco na gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social, itens como bebidas alcoólicas, tabaco, vestuário e até alguns eletrônicos são transformados ou reaproveitados de maneira sustentável, minimizando impactos ambientais, e posteriormente destinados a projetos sociais.

Outra iniciativa integrante da Cidadania Fiscal é a campanha *Cidadão Solidário*, que incentiva a destinação de parte do Imposto de Renda a projetos sociais legalmente instituídos. Por esse meio, é possível direcionar parte do imposto para ações que beneficiam crianças, idosos, pessoas com deficiência, além de projetos culturais, esportivos e ambientais – tudo sem custo adicional ao contribuinte.

No campo educacional, as ações cidadãs estimulam a inclusão de temas de educação fiscal nas escolas e nas instituições de ensino superior. Programas de extensão e atividades curriculares ajudam estudantes a compreender o sistema tributário e a desenvolver consciência crítica sobre seus direitos e deveres. Nesse contexto, os *Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal*, em parceria com universidades, oferecem orientação gratuita a cidadãos e pequenos empreendedores, ao mesmo tempo em que formam profissionais mais preparados e socialmente comprometidos.

Trabalhar de modo transparente, orientar com simplicidade e facilitar procedimentos são formas de incentivar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. Ao entender o valor dos tributos e o trabalho desenvolvido pela Receita Federal, cada cidadão se torna protagonista na construção de um Brasil mais consciente, justo e solidário.

Para saber mais sobre os programas e ações de Cidadania Fiscal, acesse o site da Receita Federal.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Márcio Ezequiel
Presidente da Comissão Julgadora do
16º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Primeiro Lugar

Conheça a nossa Aduana

Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 1986, trabalhou por oito anos na Coordenação Geral de Controle Aduaneiro e por 27 anos na Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília. Especialista em Educação Fiscal e Cidadania. Chefe-substituto da Seção de Comunicação Institucional e Cidadania da Superintendência da 1ª Região Fiscal. Representante Regional de Cidadania Fiscal e assistente do Gabinete da SRRF 1ª RF.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Conheça Nossa Aduana

Em 2008, por ocasião da celebração nacional dos 200 anos da abertura das alfândegas do Brasil para o comércio internacional, a Equipe de Educação Fiscal da Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília planejou e executou um novo projeto de Educação Fiscal denominado "*Construindo o Saber*", idealizado para estudantes. A equipe era formada por dois servidores: o auditor-fiscal Onésimo Stafuzza e o analista tributário Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho.

O projeto incluía uma visita guiada às dependências da Alfândega e aos recintos alfandegados do aeroporto, para apresentar os controles aplicados pelo Estado na entrada e saída de pessoas e mercadorias do país. Ao final do passeio pedagógico, os visitantes participavam de uma dinâmica de grupo, na forma de fórum, para conhecer a função socioeconômica dos tributos, refletir sobre o patrimônio público e estimular a cidadania fiscal por meio da participação popular na gestão dos recursos públicos.

Trabalhando com o apoio do Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Receita Federal, a Equipe de Educação Fiscal da Alfândega recebeu, no Aeroporto Internacional de Brasília, mais de 1.200 estudantes da rede pública de ensino do DF, nos anos de 2008 e 2009. Turmas de até 30 estudantes e alguns professores eram recebidas semanalmente. Um grande evento de encerramento do projeto 200 Anos da Abertura das Alfândegas foi realizado em novembro de 2008, no Teatro Pedro Calmon, em Brasília, onde foram reunidos 600 estudantes e 40 professores que visitaram a Alfândega durante o ano.



Em 2009, a dinâmica de grupo criada pela Equipe de Educação Fiscal da Alfândega foi melhorada e ganhou o nome “A ILHA”, incorporando técnicas do psicodrama com fins pedagógicos. A prática “mergulha” os participantes na busca de soluções para os problemas de uma situação fictícia, que exige a sobrevivência e o desenvolvimento de uma nova comunidade. Com foco no bem comum, a dinâmica evolui para o entendimento da necessidade da arrecadação para as despesas coletivas e para o cuidado com a qualidade dos gastos públicos.

A partir de 2008, a Alfândega de Brasília passou a receber estudantes, professores e a sociedade em geral, durante o ano inteiro, até os dias atuais, como parte integrante do processo de interação com a sociedade, para a promoção da Educação Fiscal.

Uma das maiores atrações que uma Alfândega pode oferecer aos visitantes atualmente é a demonstração de trabalho dos cães de faro, conhecidos como K-9. Ocorre que, em 2008, a Alfândega de Brasília não possuía agentes caninos. Então buscamos parceria com as companhias aéreas e conseguimos autorização para levar as turmas de estudantes ao interior de aeronaves que estavam em manutenção no pátio.

Entrar nas câmaras refrigeradas do terminal de carga aérea, que, de tão grandes, comportam até caminhões em seu interior, é uma grande atração para os visitantes, mas adentrar em uma imponente aeronave é muito melhor. Assistir a um grupo de estudantes da área rural, que nunca haviam visitado a cidade grande, sentados nas poltronas de um avião a jato é uma experiência emocionante e inesquecível – para nós, da RFB, também.

A visita guiada conduzida pela Alfândega de Brasília chegou ao ápice da excelência quando conseguiu entregar aos visitantes, ao final do evento, um folder em cuja capa constava uma foto colorida da própria turma no pátio, tendo uma aeronave ao fundo. Uma lembrança impressa,



recheada de parágrafos lembrando da importância dos tributos para a vida em sociedade, diversas dicas de como participar da melhoria da gestão pública e um jogo de palavras cruzadas que estimulava os jovens ao exercício pleno da cidadania.

Durante a visita, os estudantes eram tratados como passageiros de um voo internacional e recebiam "bagagens reais", previamente preparadas pela Equipe de Educação Fiscal. Três malas simulavam situações como excesso nas compras e perda da isenção, mercadorias falsificadas, produtos proibidos, produtos perigosos, alimentos etc. Passavam as bagagens no raio X e recebiam a explicação sobre o tratamento da fiscalização aduaneira para cada uma das situações apresentadas e o destino das mercadorias apreendidas.

Levar milhares de estudantes ao Aeroporto de Brasília só foi possível, também, porque, naquela época, a Receita Federal possuía um quadro de motoristas oficiais e uma frota de ônibus à sua disposição. Só assim foi possível buscar e levar professores e estudantes das regiões mais distantes do Distrito Federal. Um lanche era oferecido aos visitantes, graças ao patrocínio de entidades sindicais representativas dos servidores.

Em 2012, a Receita Federal do Brasil iniciou um processo de nacionalização das ações de Educação Fiscal exitosas que vinham sendo conduzidas por algumas de suas unidades. A Alfândega de Brasília foi convidada a participar desse esforço nacional, partilhando sua experiência e seus materiais pedagógicos, de modo que a visita guiada às alfândegas fosse feita simultaneamente em todo o território nacional, em datas pré-estabelecidas, com acompanhamento e avaliação nacional.

Foi então criado o projeto "*A Receita Federal convida: conheça a nossa Aduana*", patrocinado pela Secretária Adjunta da Receita Federal, pelo Subsecretário de Arrecadação e Atendimento e pelo Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais. Teve como facilitadores a Assessoria de



Comunicação da RFB, a Coordenação-Geral de Controle Aduaneiro e todos os Superintendentes Regionais. O gerente do projeto foi o Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal, auditor-fiscal Antônio Henrique Lindemberg Baltazar.

Em sua primeira edição, o projeto contou com a participação de 32 unidades da Receita Federal e foram recebidos 736 visitantes, de todas as dez regiões fiscais. As edições do projeto foram realizadas anualmente até 2019. Após a pandemia da Covid-19, o projeto foi reativado em 2023 com o *slogan* "*Conheça Nossa Aduana*", trabalhado em cada Região Fiscal de modo permanente, sem datas pré-estabelecidas, mas com metas trimestrais.

Em 2024, foram realizadas 162 ações em todo o território nacional, recebendo, nas dependências da Receita, aproximadamente 6.800 cidadãos – em sua grande maioria, estudantes – visitando portos, aeroportos, pontos de fronteira, portos secos e outras unidades. A Alfândega de Brasília realizou, em outubro daquele ano, o maior evento "*Conheça Nossa Aduana*" da história, que recebeu 330 visitantes no mesmo dia – algo que só foi possível com o esforço conjunto de diversas unidades da RFB, bem como a mobilização de 12 ônibus, com servidores da Força Aérea Brasileira e da Inframérica.

A dinâmica de grupo "A ILHA" passou a compor outros programas de Cidadania Fiscal da Receita Federal e ganhou grande admiração no sistema educacional brasileiro. Tal atividade compõe atualmente o conjunto de materiais didáticos que a Receita Federal disponibiliza e apresenta aos professores e gestores das unidades educacionais do Brasil, em todos os níveis. São ferramentas de disseminação da função socioeconômica dos tributos, da importância da Receita Federal para viabilizar o desenvolvimento das políticas públicas e da importância da

participação de cada cidadão no acompanhamento da aplicação e preservação dos recursos públicos, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAF passaram a se interessar pela disseminação da Educação Fiscal, e diversos estudantes universitários são hoje multiplicadores dos conteúdos de Cidadania Fiscal da RFB. Os NAF que aplicam dinâmicas de grupo desenvolvidas pela RFB concorrem a uma premiação na categoria especial Diamante, segundo o Referencial NAF, em seu capítulo sobre a Certificação NAF da Receita Federal.

É bonito assistir à trajetória de ideias que começam simples e ganham uma envergadura nacional e internacional, por meio de um trabalho colaborativo, organizado em rede, reunindo talentos de diversas partes do Brasil para o alcance de objetivos comuns e louváveis.

O que de mais valioso assistimos é o desenvolvimento de um espírito participativo na sociedade e nas instituições. Quando os cidadãos entram em contato com os temas da Cidadania Fiscal, acontece um despertar participativo, que os anima a entender como funcionam as coisas e como apresentar sugestões para que a vida em sociedade melhore.

O Programa "*Conheça Nossa Aduana*" vai muito além de apresentar os controles aduaneiros. Em sua origem, ele era denominado "*Construindo o Saber*", na perspectiva de que o cidadão pode e deve colocar seus talentos a serviço do bem comum. Basta conhecer como a sociedade está organizada, quais são seus direitos e deveres, e igualmente esforçar-se pelo bem comum.



Cada época dispõe dos seus recursos próprios e viáveis. Hoje, algumas Alfândegas no Rio de Janeiro e São Paulo já oferecem a possibilidade de uma visita virtual, por meio de óculos de realidade ampliada.

Mais recentemente, a Alfândega de Brasília conseguiu apresentar a Aduana Brasileira a um público de 1.200 estudantes, em abril de 2025. Foi no Teatro Pedro Calmon, mesmo auditório que, em 2008, foi palco do encerramento do projeto 200 Anos da Abertura das Alfândegas. Confirmou, assim, a 1ª Região Fiscal como referência nacional do Programa "*Conheça Nossa Aduana*". Fotos, vídeos, folders e outros documentos que contam esta bela história estão disponíveis na Intranet da 1ª RF.

Eu trabalhei 27 anos na Alfândega de Brasília e me orgulho de fazer parte desta história. Atualmente, trabalho na Superintendência Regional da 1ª Região Fiscal e coordeno os trabalhos da Rede de Cidadania Fiscal da Região e da Equipe Inter-Regional do Programa "*Conheça Nossa Aduana*".

Segundo Lugar

O dia em que o menino Michael colocou em apuros o Professor Receita

Luiz Cláudio Martins Henriques
Auditor-Fiscal

Ingressou na Receita Federal em 2006. Trabalhou na Cotec, na DRF/Franca e, atualmente, exerce a função de Delegado da DRF Uberlândia.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

O dia em que o menino Michael colocou em apuros o Professor Receita

– Oi, tio, meu nome é Michael e eu tenho uma pergunta para o senhor.

– Muito prazer, Michael! Qual a sua dúvida?

– É a seguinte: quem tem uma casa, tem que pagar um imposto chamado IPTU? É isso mesmo?

– Sim, Michael, é isso mesmo.

– E quem aluga uma casa, também tem que pagar esse imposto?

– Depende de como foi feito o contrato de locação, Michael; mas, de regra, sim, a pessoa que aluga um imóvel também tem que pagar o IPTU, e o valor deste imposto às vezes está embutido no valor mensal do aluguel.

– Obrigado, professor! Ah, e como se calcula o IPTU?

– Boa pergunta, Michael! De modo simples, o valor do IPTU é o resultado da multiplicação de uma alíquota pelo valor venal do imóvel.

– Não entendi, tio. O que é alíquota e o que é valor venal?

– Michael, valor venal é o valor de compra e venda do imóvel, apurado de acordo com uma avaliação da prefeitura. E alíquota é um percentual definido em lei, que, no caso do IPTU, dependerá do valor venal do imóvel e se ele é edificado ou não. Ou seja, quanto maior for o valor venal, maior será a alíquota, e se o imóvel for edificado, a alíquota será menor do que se não for. Aqui em Uberlândia, a alíquota do IPTU pode variar de 0,175% até 0,60%.

– Obrigado, tio! Entendi tudo.



– Continuando a explicação, falaremos agora sobre os tributos estaduais. Ou seja, aqueles que só podem ser estabelecidos pelos Estados ou Distrito Federal. E, para simplificar, explicaremos apenas um deles: o IPVA, que é o imposto pago por quem tem a propriedade de veículo automotor.

– Oi, tio, sou eu de novo.

– Pois não, Michael, qual sua dúvida agora?

– É a seguinte: quem tem um carro popular também tem que pagar imposto?

– Sim, Michael, quem tem um carro popular, todo início de ano, tem que pagar o IPVA.

– E como é calculado o valor deste imposto?

– Você aplica uma alíquota, que normalmente varia de 1% a 4%, sobre o valor venal do veículo.

– Ah, entendi. Esse é um processo parecido com o cálculo do IPTU. Certo, professor?

– Isso mesmo, Michael! Agora, vamos voltar para a matéria... Turma, teremos que dar uma corrida, senão não conseguirei concluir todos os assuntos que tenho para falar. Então, vamos finalizar a explicação sobre tributos falando rapidamente a respeito dos tributos da União. Ou seja, aqueles que são estabelecidos pelo Governo Federal. E falaremos sobre apenas um deles, o Imposto de Renda.

– Pois bem, o Imposto de Renda, de uma maneira bem simplista, é um imposto pago pelas pessoas físicas e pelas empresas de acordo com a renda obtida. Ele segue alguns princípios, um deles é o da progressividade, isto é, aqueles que ganham mais pagam mais do que os que ganham menos.



– Oi, tio, sou eu outra vez. Estou bem atento aqui às suas explicações.

– Oi, Michael, você está bem atento mesmo. E é bem participativo. Parabéns!

– Tio, me ajuda aqui... Uma pessoa tem um carro que vale R$ 30.000,00, então quanto será o valor do IPVA?

– Michael, suas dúvidas são bem oportunas e interessantes, no entanto ainda tenho muito conteúdo para apresentar e só tenho 50 minutos para falar tudo o que foi programado para a aula. Mas vou te responder mais essa. Vamos lá... Para calcular o IPVA, suponha que a alíquota seja de 2% e que o valor venal seja os R$ 30.000,00. Sendo assim, você calcula 2% deste valor. O resultado será o IPVA.

– Professor, me desculpa, mas ainda não consegui entender como calcular o valor do IPVA. O senhor poderia fazer a conta para mim?

– Michael, você já aprendeu sobre porcentagem? Colegas da sala, vocês já aprenderam sobre porcentagem?

– Simmmm! – todos responderam.

– Então vamos ajudar o Michael a calcular 2% de R$ 30.000,00. A conta é assim, Michael: você multiplica R$ 30.000,00 por 2 e depois divide por 100. O resultado dará R$ 600,00. Este será o valor do IPVA a ser pago.

– Professor, muito obrigado mesmo! Ah, e sobre o Imposto de Renda que o senhor estava falando, como ele é calculado?

– Michael, aí o cálculo é bem mais complicado. Mas vamos dar um exemplo simples: suponha que uma pessoa ganhe R$ 3.000,00. Então, nesse caso, aplica-se uma alíquota de 15% e, do resultado obtido, deduz-se algo em torno de R$ 380,00.

– Ah, tio, esse cálculo é complicado, mas já deu pra ver que sobrará pouco para a pessoa, né?



– Pois é! Vamos fazer as contas: 15% de R$ 3.000,00 corresponde a R$ 450,00. Deduzindo-se R$ 380,00 deste valor, chegamos a R$ 70,00 de Imposto de Renda. Ou seja, no final do mês, a pessoa receberá líquido, isto é, já descontado o imposto, o valor de R$ 2.930,00.

– Então, professor, veja só: suponha que uma pessoa ganhe R$ 3.000,00 por mês e tenha que pagar R$ 1.000,00 de aluguel, R$ 200,00 de IPTU, R$ 70,00 de Imposto de Renda, R$ 600,00 de IPVA, R$ 100,00 de água, R$ 100,00 de luz e R$ 500,00 de transporte. De que modo ela conseguirá passar o mês se ainda terá que gastar com alimentação, remédios, lazer etc.?

– Meu Deus, Michael! Você é muito inteligente! Como pensou nisso tudo? Cristina, Anderson, Giuliano, por favor, ajudem-me aqui com a resposta.

Este diálogo descreve um episódio que aconteceu no dia 2 de abril de 2024, durante a primeira aula do projeto *Receita para o Futuro*, realizada para a turma do 8º ano A da Escola Municipal Odilon Custódio Pereira, uma unidade educacional situada em um dos bairros mais pobres de Uberlândia. Na transcrição houve, sim, um certo exagero poético, mas que manteve a essência do que de fato ocorreu.

A cena retrata o momento em que um dos personagens, o "tio" ou "professor", como era chamado o representante da Receita Federal, estava explicando sobre tributos e era interrompido a todo instante pelo menino Michael, um garoto de 13 anos, inteligente e hiperativo, estudante daquela turma do ensino fundamental.

Por alguns minutos, os dois travaram um diálogo quase exclusivo. Pareciam estar a sós naquela sala de aula, em uma outra dimensão, tamanha era a conexão entre eles. E, à medida que as perguntas e respostas se sucediam, os outros alunos, os professores e os servidores da RFB que lá estavam ficavam espantados com o grande interesse do

Michael, e até irritados, porque ele monopolizava a atenção, sem permitir que ninguém mais participasse da discussão.

Ao final, aquele menino fez uma pergunta capciosa que colocou em apuros o representante da RFB, deixando-o praticamente sem reação, a ponto de pedir ajuda aos outros três colegas de trabalho que o acompanhavam.

Para entender mais sobre esse episódio, saber como a questão foi respondida e quais foram as lições aprendidas, é necessário retornarmos ao ano de 2022 e conhecermos as origens do projeto Receita para o Futuro: uma iniciativa de Cidadania Fiscal que vem sendo executada na jurisdição da DRF/Uberlândia e que tem por objetivo mostrar aos estudantes do ensino fundamental a importância social dos tributos e o papel relevante da Receita Federal para o país.

No começo de 2022, iniciou-se uma nova gestão na DRF/Uberlândia, e o então Delegado, o auditor-fiscal Luiz Cláudio Martins Henriques, fez constar no seu Plano de Gestão para o biênio 2022–2023 a iniciativa até então chamada "*Cidadania Fiscal nas Escolas*".

Naquele ano, em razão de outras iniciativas mais urgentes, não foi possível iniciar a execução do projeto. Mas, logo no início de 2023, mais precisamente no mês de março, o Delegado e a Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas, a analista tributária Cristina Aparecida Vieira Caetano, começaram a pensar como seria a execução e chegaram à conclusão de que o primeiro passo deveria ser uma conversa na Secretaria Municipal de Educação, para apresentação da iniciativa.

Após semanas de tentativas, foi agendada uma reunião para o dia 17/03/2023, com a presença da Secretária Municipal de Educação. Antes, contudo, a assessoria dela queria ter acesso à íntegra do projeto que seria apresentado. Porém, isso não seria possível, já que o projeto, até então, era apenas uma ideia.



Na verdade, o que seria apresentado na reunião era uma ideia do que se pretendia fazer no âmbito do projeto *Cidadania Fiscal nas Escolas*. Ou seja, até aquele momento nada havia estruturado: não havia um projeto formalmente concebido; existia, sim, um rascunho "alto nível", ainda pendente de vários detalhamentos. O que se pretendia fazer estava tudo na cabeça dos dois representantes da Receita, e o que eles queriam era a chance de conversar sobre a ideia e, caso a Secretaria Municipal de Educação se interessasse, o projeto seria então construído.

A reunião aconteceu no dia e horário marcados, porém, diferentemente do que havia sido combinado, a Secretária não compareceu. No seu lugar, ela designou dois dos seus assessores. Durante a conversa, os assessores ouviram atentamente as ideias apresentadas e participaram ativamente, fazendo perguntas e dando sugestões.

Em certo momento, explicaram que, para um projeto como aquele ser implementado na rede pública municipal, seria necessário que ele fosse discutido e planejado com antecedência, ainda no ano anterior. Apesar de isso não ter ocorrido, disseram que levariam a proposta à Secretária para avaliar a possibilidade de dar continuidade às tratativas.

O Delegado e a Chefe da EGP saíram daquela reunião com percepções diferentes. Para ele, a sensação foi de descaso, uma vez que a Secretária não participou. Sentiu que havia sido jogado um balde de água fria no projeto. Para ela, a percepção foi diferente. Cristina, que antes de trabalhar na RFB tinha sido professora, sabia melhor do que ninguém como funciona a rede de ensino e como é difícil implantar um projeto educacional nas escolas. Cristina compreendeu bem a mensagem dos assessores da Secretária e disse ao Delegado que não ficasse com aquela percepção negativa. Disse ainda que os assessores ouviram e gostaram da ideia e certamente influenciariam positivamente a Secretária.



Passadas algumas semanas, a Chefe da EGP fez contato com a assessora da Secretária de Educação para saber se o assunto havia sido levado ao conhecimento dela e o que ela havia deliberado, mas não obteve resposta.

Até que, no final de agosto de 2023, a DRF/Uberlândia recebeu um e-mail vindo da Secretaria Municipal de Educação, com solicitação de reunião entre a Secretária da pasta e o Delegado. Essa reunião aconteceu no Gabinete da DRF no dia 1º de setembro daquele ano. E, para a surpresa dos representantes da Receita, o motivo da conversa não tinha nada a ver com a continuidade das tratativas iniciadas em março.

Na verdade, a Secretária foi à DRF para pedir apoio em mercadorias apreendidas que pudessem ser destinadas à Secretaria Municipal de Educação para uso como premiação na Olimpíada de Inglês, um projeto educacional que já estava em andamento na rede municipal de ensino há alguns anos.

Apesar de o motivo não ser o esperado, os participantes da DRF que estiveram presentes naquela reunião viram a oportunidade de falar sobre o projeto *Cidadania Fiscal nas Escolas*, e não perderam tempo. Após a fala da Secretária, seguida de seu pedido de mercadorias apreendidas, o Delegado tomou a palavra e disse que a Olimpíada de Inglês era uma iniciativa com potencial de grande impacto social e que, por isso, assumiria o compromisso de avaliar o pedido e de verificar a viabilidade de fornecer algumas mercadorias para serem usadas como premiação. Logo em seguida, aproveitou a ocasião para falar sobre o projeto da DRF.

A oportunidade que não se concretizou em março foi muito bem aproveitada nessa reunião de setembro, desta vez com a presença da Secretária Municipal de Educação. À medida que Luiz Cláudio e Cristina explicavam a ideia, a Secretária demonstrava encantamento com o que ouvia e, ao final, determinou à assessora presente que colocasse os representantes da DRF/Uberlândia em contato com a diretoria do Centro

Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE) – unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, responsável pelo desenvolvimento de programas e projetos de estudos, pesquisas e ações de intervenção pedagógica no cotidiano das unidades escolares. Segundo ela, esse contato com a equipe do CEMEPE seria o ponto principal para abrir as portas da rede municipal de ensino à execução da iniciativa proposta pela DRF/Uberlândia.

Com este direcionamento da Secretária, e naquele momento já contando com a participação do então novo Delegado-adjunto da DRF/Uberlândia, o auditor-fiscal Anderson Luiz da Silva, no dia 14 de novembro de 2023 aconteceu o primeiro encontro entre os representantes da RFB e a equipe do CEMEPE.

Foi uma oportunidade para que os participantes se conhecessem e cada uma das equipes compreendesse o que se pretendia fazer e as dificuldades que seriam enfrentadas.

Pela DRF/Uberlândia, participaram Anderson e Cristina; e, pelo CEMEPE, participou a Coordenadora de Projetos Liliane Ribeiro.

Na ocasião, Liliane orientou os representantes da RFB sobre como obter a autorização formal para desenvolver o *Cidadania Fiscal nas Escolas* na rede pública municipal de ensino, sob a forma de experiência piloto, alertando sobre pontos que deveriam constar no projeto a ser submetido à apreciação da prefeitura.

Em seguida, os participantes aproveitaram o encontro para detalhar a metodologia que seria utilizada, a carga horária necessária e o público a ser trabalhado – à época, alunos do 8º ano do ensino fundamental. Definiram também que, ao longo dos meses de dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, o projeto seria consolidado para iniciar em março seguinte. Resumindo: foi uma reunião muito produtiva e que pavimentou o caminho inicial que seria percorrido.

Dando sequência às tratativas, no dia 8 de fevereiro de 2024, aconteceu outro encontro entre representantes da DRF/Uberlândia e do CEMEPE. Naquela ocasião, participaram o Delegado e o Delegado-adjunto, a Chefe da EGP e o servidor Giuliano Ferreira Galvão, que passou a integrar a equipe de voluntários do projeto. E, pelo CEMEPE, estiveram presentes a Coordenadora de Projetos Liliane Ribeiro e a Coordenadora da área de Português, professora Selma Vieira.

Nesta reunião, foram definidos o cronograma, o número de turmas e as escolas que seriam contempladas na etapa piloto. E os encaminhamentos estabelecidos foram os seguintes: realização de palestras em três escolas para turmas do 8º ano do ensino fundamental, com um limite máximo de 20 turmas. As palestras ocorreriam na primeira e segunda semanas do mês de abril e, na segunda semana de maio, aconteceria um evento de encerramento em cada escola contemplada. Ao final, os resultados seriam avaliados para decidir se o projeto continuaria no semestre seguinte.

Com estas definições, principalmente com o cronograma em mãos, começou a corrida contra o tempo para produzir os materiais que seriam apresentados nas palestras.

Ao longo dos meses de fevereiro e março, a equipe de voluntários da DRF – à época formada por Luiz Cláudio, Anderson, Cristina, Giuliano e Layla, a secretária do Gabinete – passou horas trabalhando na criação, construção e revisão dos materiais. E a dedicação a este trabalho era feita sem prejuízo das demais atividades que cada um tinha, já que ninguém ali possuía dedicação formalizada para trabalhar no projeto. Era um verdadeiro trabalho voluntário.

E como foi lindo sentir a energia vibrante que pulsava em todos! Não tinha tempo ruim. Os participantes estavam absolutamente engajados num mesmo propósito: concluir tudo antes do dia da primeira palestra e em tempo do conteúdo produzido ser revisado pela equipe do CEMEPE.



E assim, no final de março de 2024, o grupo concluiu a elaboração dos seguintes produtos que seriam utilizados na fase piloto:

a) novo nome para o projeto, que passou a se chamar *Receita para o Futuro*;

b) modelo padrão de apresentação, preparada para 100 minutos de exposição, o equivalente a duas horas-aula;

c) metodologia de trabalho em sala de aula;

d) questionário avaliativo para resposta em sala de aula;

e) questionário para resposta em casa, junto com os pais ou responsáveis;

f) logomarca do projeto;

g) modelo do certificado de participação;

h) *jingle* do projeto.

Importante considerar que o nome do projeto foi alterado por dois motivos: primeiro, porque traz uma marca fácil de ser assimilada; e segundo, porque os idealizadores da iniciativa entendem que a conscientização de crianças e adolescentes sobre temas ligados à cidadania pode transformar a sociedade, sendo assim uma receita de sucesso para um futuro melhor.

No fim das contas, o material produzido acabou não sendo revisado pela coordenação do CEMEPE. Isto, porém, não foi empecilho para que ele começasse a ser utilizado. E, finalmente, no dia 2 de abril de 2024, às 7h15 da manhã, lá estavam os representantes da DRF/Uberlândia iniciando o *Receita para o Futuro* com os estudantes do 8º ano da Escola Municipal Odilon Custódio Pereira.

Naquele dia, Luiz Cláudio, Anderson, Cristina e Giuliano foram os palestrantes – ou melhor, os professores – ou tio(a), como os alunos

diziam. Também estiveram presentes os estagiários da comunicação Maria Júlia e Gabriel Augusto. Todos começaram o dia bem cedo, encontrando-se e saindo da DRF às 6h40.

Como tudo era novidade e todos estavam com receio, precisava que alguém assumisse o papel de ir à frente e iniciar as palestras. Foi então que os quatro "professores" do *Receita para o Futuro* combinaram como seria a atuação naquele primeiro dia. E decidiram que o Delegado faria a primeira parte expositiva na Turma A, e o Delegado-adjunto faria a segunda. Depois, trocariam os temas na Turma B. E assim foi feito.

O diálogo transcrito no início deste texto está dentro desse contexto: o Delegado da DRF/Uberlândia, na função de "Professor Receita", estava falando sobre os tributos e sua importância para a sociedade, e tinha só 50 minutos para tratar dos seguintes assuntos: conceitos de bens, serviços, instituições, funções e cargos públicos; importância da arrecadação dos tributos; conceito e espécie de tributos; como os tributos podem reduzir as desigualdades sociais; e conceito e impactos da sonegação fiscal. Na sequência, o Delegado-Adjunto faria a exposição da segunda parte, falando sobre a Receita Federal, o que ela é e faz, e qual sua importância para o país.

Mas mal sabia o Delegado que, naquela sala de aula, tinha o menino Michael. Que coisa! O que era para ser explicado em 50 minutos consumiu quase a totalidade do tempo disponível, restando algo em torno de 20 minutos para que o Adjunto, na sequência, pudesse apresentar sua parte e ainda aplicar o questionário de sala e explicar como deveria ser feito o questionário de casa.

Voltemos, então, à cena do início, para saber como aquele diálogo terminou. Foi mais ou menos assim...

– Michael, sua pergunta é muito interessante! Vi que você estava anotando tudo na sua mesa e fazendo muitas contas. Você realmente é muito inteligente. Sobre o que você perguntou, talvez você tenha razão: do



jeito que você apresentou a situação, pode ser que falte dinheiro para a pessoa passar o mês. No entanto, é preciso lembrar que os tributos IPTU e IPVA são pagos apenas uma vez no ano e podem ser parcelados. Além disso, com o valor arrecadado desses e outros impostos, o governo consegue oferecer serviços gratuitos para a população, como lazer, medicamentos, educação, saneamento básico, transporte, entre outros. E, para saber mais como isso funciona, vamos continuar com a aula.

Ao final daquele primeiro dia, os voluntários do *Receita para o Futuro* deixaram a escola completamente exaustos, a ponto de questionarem se teriam energia e voz para continuar nos dias seguintes. Ainda assim, todos carregavam consigo a forte sensação de dever cumprido e a satisfação por tudo o que haviam realizado.

As experiências vivenciadas na Escola Odilon e nas demais escolas participantes da etapa piloto, somadas ao apoio pedagógico recebido da equipe do CEMEPE, foram fundamentais para o aprimoramento dos materiais utilizados nas apresentações e da metodologia aplicada em sala de aula. Além disso, contribuíram para o desenvolvimento de estratégias de gestão do tempo de exposição dos conteúdos e para a habilidade de lidar com imprevistos.

Para encurtar a história, a fase piloto foi concluída em maio de 2024. Em seguida, o projeto passou por sua primeira expansão, realizada entre julho e outubro do mesmo ano. A segunda expansão teve início em março deste ano e segue em andamento. Até o momento, como resultados concretos dessas ações, 2.015 alunos foram capacitados, 2.138 certificados foram emitidos para estudantes, diretores e vice-diretores, e 24 escolas das redes públicas municipal e estadual já receberam o projeto, abrangendo os municípios de Uberlândia, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Pirajuba e Uberaba.

Ah, faltou explicar uma coisa: por que “Professor Receita”? Esta expressão faz parte do jingle do projeto, que diz assim:



"– E*i, Professor Receita, de onde vem o dinheiro pra fazer? – Dos tributos!*".

"*Professor Receita*" é o título carinhoso dado a todo voluntário do projeto *Receita para o Futuro* que assume o papel de educador, dedicando-se a compartilhar conhecimentos sobre a importância social dos tributos e o papel fundamental da Receita Federal no desenvolvimento do país.



Terceiro Lugar

Conheça nossa Receita: Cães, seriado e a sociedade

Tatiana das Neves Leme
Analista Tributária

Ingressou no cargo em 2024. Atuou na Comunicação e Cidadania Fiscal da Alfândega de Ponta Porã/MS. Colaborou com a Seção de Comunicação Institucional e Cidadania Fiscal da 1ª Região Fiscal, para onde foi removida em janeiro de 2025. Atualmente é Representante de Comunicação da Subsecretaria de Administração Aduaneira - Suana.

Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Conheça nossa Receita: Cães, seriado e a sociedade

Estou há pouco tempo na Receita Federal, ingressei no último concurso, em janeiro de 2024, mas já tenho muita história para contar. Tive o privilégio de ingressar nas áreas de Comunicação e Cidadania Fiscal logo na primeira lotação, em Ponta Porã/MS. Não imaginava trabalhar dentro da Receita Federal com a minha área de formação, Jornalismo, mas me apaixonei pelo trabalho. Sou encantada pelas aventuras, viagens, contatos com autoridades, outras forças de segurança, parceiros institucionais e, claro, com a sociedade.

Sempre brinco que ser da área da comunicação é ser um pouco fofoqueira, porque preciso andar (muitas vezes literalmente) pelos setores para captar o que está acontecendo e o que merece divulgação. Quando conecta com a Cidadania, torna-se, então, "Fofocas de 1ª" – como gostamos de brincar na Seção de Comunicação Institucional e Cidadania Fiscal da 1ª Região Fiscal.

Com a Cidadania, a Receita Federal tem oportunidades de revelar ao público um pouco do nosso trabalho e da nossa missão institucional. E até mais: podemos provocar mudanças por meio da educação fiscal e de parcerias com instituições de ensino; podemos instituir projetos de destinação sustentável às mercadorias apreendidas que antes seriam simplesmente destruídas. Podemos, também, contribuir com a formação de contadores por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e levar atendimento contábil e fiscal a pessoas com menor poder aquisitivo. E, claro, podemos abrir as portas ao público por meio do programa "*Conheça Nossa Aduana*".

Recebi essa missão de apresentar a Aduana em Ponta Porã ainda nos meus primeiros meses de casa. E que experiência incrível! Uma honra



pendurar, no pescoço, o distintivo pelo qual tanto estudei para vestir e poder mostrar à sociedade o excelente trabalho que realizamos na fronteira. Assim, atendendo à missão que me foi dada como representante de Cidadania Fiscal, preparei a minha primeira visita guiada com total colaboração e entrega dos colegas da Alfândega.

Cada um doou seu tempo e seus conhecimentos para receber estudantes de uma escola estadual, ávidos por conhecer por dentro aquela construção pela qual passam perto todos os dias. Foi de aquecer o coração. A turma, um pouco acanhada, mas curiosa, acompanhou a visita passando por diversos setores que compõem a Alfândega: gabinete, CAC, bagagem, despacho e Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA). Em cada um, os estudantes recebiam informações e perguntavam – timidamente – sobre o funcionamento do trabalho. No DMA, os colegas da vigilância e repressão puderam apresentar todo o uniforme tático operacional, alguns armamentos, drones e, claro, não podiam faltar as estrelas do *Conheça Nossa Aduana:* os cães de faro.

É incrível como esses animais fazem a ponte entre a Receita e a sociedade. A demonstração do trabalho da equipe K-9 fez os olhos dos estudantes brilharem pela instituição. As sessões de fotos foram intermináveis e os alunos não queriam ir embora. E o mais gratificante? Perceber que muitos deles – e até algumas das professoras que os acompanhavam – passaram a almejar serem futuros servidores da Receita Federal, sonhando em vestir, um dia, o mesmo distintivo que eu tinha pendurado no pescoço. Um orgulho sem tamanho.

Essa proximidade com a sociedade encanta e faz um convite para desmistificar o "Leão". Especialmente em uma região de fronteira, onde o contrabando e o descaminho são rotineiros e, consequentemente, há muitas apreensões de mercadorias envolvidas. Poder mostrar para os estudantes "o outro lado" de quem apreende, a razão que pauta o nosso trabalho e os possíveis destinos dessas mercadorias é de extrema

relevância educacional. Também é uma oportunidade para demonstrar o trabalho de importação e exportação, que gera um intenso fluxo de caminhões circulando pela cidade, e como tudo pode ser feito de maneira célere e regular. Abrir as portas e mostrar o trabalho de dentro para fora contribui imensamente para aliviar a tensão entre o Leão e a sociedade, levando informação e até inspiração.

Um ano e pouco depois, atuando como representante de Comunicação na Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana), tive a oportunidade de participar de um *Conheça Nossa Aduana* um pouco diferente, mas que, olhando a fundo, foi o maior de todos já realizado. O evento recebeu mais de 200 mil pessoas no Campo de Marte, em São Paulo. Foi a primeira vez que a Receita Federal participou do "Domingo Aéreo". Lá, tivemos a oportunidade de mostrar para crianças, famílias e a sociedade em geral a estrutura, os equipamentos e alguns projetos voltados à fiscalização aduaneira.

As viaturas fizeram sucesso. O helicóptero da Receita Federal, mais ainda. Mas, novamente, as apresentações dos cães de faro da equipe K-9 abrilhantaram o evento. O trabalho dos cães não é apenas eficiente na fiscalização; é belo, divertido e cativante. O tipo de ação que hipnotiza. Apesar de serem animais (ou talvez justamente por serem animais), eles tocam a nossa humanidade. Eles abraçam o público e todos querem brincar, fazer carinho e, claro, tirar muitas fotos com essas estrelas. Há quem diga que são os melhores funcionários da Receita Federal!

As atrações desse dia foram além. Colegas da 10ª Região Fiscal levaram o projeto Receita VR – uma experiência interativa que transporta o público para o dia a dia da fiscalização aduaneira. Com os óculos de realidade virtual, as crianças (as mães e os pais também) puderam vivenciar como a instituição atua na proteção das fronteiras.

Por fim, a presença de servidores que participam do seriado televisivo *Aeroporto: Área Restrita*. O que falar do reconhecimento desses



colegas? Eu pude ver de perto como o público tem verdadeira admiração. Filas quilométricas foram formadas para uma foto. As pessoas ficavam esperando mais de meia hora para o grande registro, que seria levado para casa ou publicado nas redes sociais. Eu ouvi muitas palavras de reconhecimento e gratidão proferidas para esses colegas. A sociedade sabe seus nomes, lembra de casos específicos em que cada um atuou. É surpreendente o alcance da série, uma vez que não são artistas. Não é uma atuação. É simplesmente o trabalho do dia a dia de servidores muito competentes.

Mesmo cansados de um dia inteiro de evento, os integrantes do seriado não negaram foto. Atenderam a todos. Teve colega que estava até de férias e se prontificou a participar! Porque essa receptividade da sociedade não tem preço. Receber todo esse carinho e reconhecimento é o reflexo de um trabalho muito bem realizado.

O alcance do *Área Restrita* rompeu paradigmas. Muitas pessoas vieram me perguntar sobre o funcionamento do concurso para ingressar na carreira tributária e aduaneira – talvez eu ainda esteja com a cara de concurseira! Respondi cada pergunta com orientação e incentivo. Isso é fruto do sucesso do seriado. E não sou eu que estou dizendo. As pessoas perguntavam como fazia para trabalhar no aeroporto como os colegas da série. Presenciar a admiração, o respeito e a vontade das pessoas de fazer parte de um órgão arrecadatório, sempre visto como quem "tira dinheiro", foi revigorante.

Saí exausta, mas extremamente contente e agradecida. Para finalizar, a cereja do bolo foi o comboio de viaturas da Receita Federal ser aplaudido pelo público ao sair pelas ruas ao redor do Campo de Marte. Acho que estamos no caminho certo, exercendo honrosamente o servir à sociedade.



Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Cidadania e Educação Fiscal na minha trajetória: Lições aprendidas e desafios superados

Lucilene Marinho Lopes
Agente Administrativa

Ingressou na Receita Federal em 2001, logo assumindo a função de Representante do Programa Nacional de Educação Fiscal na DRF/SAN, função que desempenha até a atualidade. No ano de 2010, fez parte da primeira turma de Pós-Graduação em Educação Fiscal - ESAF/DF. Atualmente também atua na Ouvidoria, Contratos e Grupo Municipal de Educação Fiscal em Santarém/PA.

"Deus nos concede a cada dia uma página de vida nova no livro do tempo. Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta".

Chico Xavier

O ano era 2006. Sob força de uma portaria, entrei em um universo desconhecido e com uma ordem expressa do Delegado: "Estude para aprender a fazer, você será a representante do *Programa Nacional de Educação Fiscal* na Delegacia de Santarém-Pará."

Dada a largada para o mundo desconhecido, comecei por um curso EAD para disseminador de Educação Fiscal. Entre medos, erros e acertos, fui percorrendo um caminho que, a cada dia, se mostrava interessante e desafiador. O entendimento ainda era limitado e minha visão sobre a temática ainda era turva, devido ao desconhecimento de minha parte.

Santarém já estava nas tratativas de implantação do *Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF*, pois, na ocasião, havia recebido visita

técnica advinda de Belém, de alguém que trouxera a proposta ao município. A proposição inicial de instituir o Grupo Municipal de Educação Fiscal em Santarém – GMEF, baseado no PNEF, foi colocada como um desafio: Santarém ser o primeiro município do estado do Pará a implantar o Programa. As conversas e os encontros iniciais foram realizados com grupos seletos: professores, pedagogos, servidores municipais e servidores dos fiscos.

Nas etapas seguintes, descobriu-se que este tema estava diretamente inserido no cotidiano das pessoas e que, quando trabalhado de maneira paralela à realidade, se tornava mais simples e de fácil compreensão, principalmente para as escolas.

O desafio estava posto. O trabalho era justamente unir forças, junto com várias instituições e o propósito da gestão municipal na época, que já havia expressado boa vontade política de implantar o Programa em Santarém. Foi então que todas as Secretarias foram convidadas a fazer parte. No entanto, apenas duas perduram até hoje: Secretarias Municipais de Educação e de Finanças.

O projeto-piloto foi aceito por 11 escolas da rede municipal de ensino, ainda em 2006. Nesse mesmo ano, o Programa de Educação Fiscal entrou para o planejamento pedagógico dessas escolas.

No dia 28 de março de 2006, esteve em Santarém o auditor-fiscal da Receita Federal e Coordenador Nacional do PNEF, Sr. Eugênio Celso Gonçalves, um dos maiores entusiastas na temática Educação Fiscal. Na ocasião, muito foi falado e explicado sobre os benefícios que a comunidade santarena receberia ao trabalhar a temática nas escolas.

O município de Santarém, no dia 26 de abril de 2006, lançou oficialmente o *Programa Nacional de Educação Fiscal*. O evento foi um marco na história santarena, tendo em vista o município ter abraçado um Programa que contribuiria para o crescimento não só dos alunos, mas de toda a comunidade.



No dia 12 de dezembro de 2006, foi sancionada a Lei nº 18.034, que instituiu em Santarém o Grupo Municipal de Educação Fiscal – GMEF. Em seu artigo 4º, diz que a temática Educação Fiscal estará obrigatoriamente nos conteúdos escolares. A referida lei dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Educação Fiscal. Rege também que a implementação do Pmef é de responsabilidade do GMEF, composto em caráter efetivo e permanente por representantes dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa. Com a aplicação dessa lei, a cidade de Santarém avançou no que diz respeito aos debates em sala de aula. Muitas portas se abriram. Inúmeras atividades foram desenvolvidas ao longo desses anos. Dentre elas, podemos destacar as formações de professores – primeiramente em Santarém e depois nos municípios vizinhos, como Óbidos, Belterra, Mojuí dos Campos, Oriximiná e Juruti.

Em Santarém, o GMEF firmou parceria com a Receita Federal, SEFA, SEDUC e Prefeitura (Secretarias de Finanças e de Educação). Em 2008, as escolas municipais participaram do concurso para a criação da logomarca do Grupo Municipal de Educação Fiscal de Santarém.

No ano de 2010, as atividades já estavam consolidadas, até porque Santarém se antecipou à recomendação do MEC de estabelecer parcerias para a implantação da Educação Fiscal nos municípios. Várias atividades foram desenvolvidas: feiras, construção de maquetes, dramatizações referentes a vários temas, palestras diversas para alunos e professores. Ou seja, por meio da Educação Fiscal no município, constatou-se que os alunos/cidadãos passaram a ser mais participativos, tendo atitudes responsáveis, cumprindo com suas obrigações. O *Programa de Educação Fiscal*, assim chamado na época, desenvolvido nas escolas, proporcionou que os alunos entendessem qual seu verdadeiro papel na sociedade, esclarecendo a importância do controle social, o quanto é importante o cidadão compreender qual a verdadeira função social dos tributos.

As crianças são o público-alvo preferido dos projetos de Cidadania Fiscal na escola, assim colocado hoje, por ser uma temática que está

intrinsecamente ligada à coisa pública e à compreensão da responsabilidade social e fiscal. E quanto mais cedo os cidadãos entenderem isso, melhor para a escola e, consequentemente, melhor para a sociedade.

Em 2011, concluí minha pós-graduação em Educação Fiscal, curso ofertado pela ESAF-DF, primeira turma, custeado pela Receita Federal, à qual serei eternamente grata pelo investimento e atenção a mim dispensados na ocasião. Uma qualificação pode ser um investimento valioso para a carreira e desenvolvimento pessoal de qualquer pessoa que esteja ávida em se posicionar profissionalmente. Somado a tudo isso, tive a oportunidade de me conectar a uma rede de contatos com especialistas em Educação Fiscal de todo o Brasil, o que foi deveras importante para mim e continua sendo até hoje.

Chegado o ano de 2013, muito já se tinha avançado nos debates e ações desenvolvidos pelo GMEF. As parcerias foram fundamentais para que o Grupo pudesse, de fato, existir. No ano de 2014, mais uma vez o GMEF, em conjunto com a SEFA, trouxe a Santarém importantes palestras sobre a Nota Fiscal Cidadã, projeto do governo paraense implantado nos municípios, com grande repercussão na cidade. Nesse mesmo ano, Santarém ganhou seu primeiro prêmio nacional de Educação Fiscal, com a Escola Estadual Frei Ambrósio, que obteve o 1º lugar com o Projeto Sol Solidário, sob a coordenação da professora, apaixonada pela temática, Eliana Mara Morais Santos.

O ano de 2015 foi histórico: o GMEF lançou o desafio de propor a primeira premiação municipal, nos mesmos moldes da nacional promovida pela Febrafite. Já estamos na 4ª edição. Esse evento mobiliza toda a comunidade escolar com apresentação de trabalhos belíssimos. As escolas trabalham com afinco e dedicação. Em ano eleitoral, não realizamos a premiação.

Ainda em 2015, Santarém mostrou para todo o Brasil que sabia fazer Educação Fiscal. A escola indígena Borari, de Alter do Chão, foi a segunda colocada na "categoria escola" no Prêmio Nacional, em Brasília/DF. A Educação Fiscal sempre foi uma forte aliada nesse processo e, por isso, o resultado das premiações, sem dúvida, foi fruto de um trabalho coletivo dessas escolas.

Como entendemos a cidadania fiscal em tempos de desafios? O que é cidadania? A própria cidadania não pode ser entendida como uma condição estática, definitiva e acabada. Quando estudamos Educação Fiscal, uma das palavras mais debatidas é cidadania. Palavra usada todos os dias e de vários significados, porém, o mais forte seria: o direito de viver decentemente. Cidadania Fiscal é um "farol na escuridão" – escuridão do desconhecimento e da ignorância.

Foi nesse sentido que, ao longo desses 19 anos, conduzi meu trabalho dentro do GMEF juntamente com os outros membros, assim como no grupo da Cidadania Fiscal da 2ª RF. Cidadania Fiscal não pode, de forma alguma, fugir da linha pedagógica e esbarrar em pautas identitárias e ideológicas. Isso macula seu propósito. A cidadania está intrinsecamente ligada ao conjunto de direitos e deveres que um indivíduo possui enquanto membro de uma sociedade, especialmente em relação ao Estado – e não em relação às suas ideologias.

Em 2017, a edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal recebeu mais de 160 projetos de 16 estados e do Distrito Federal, entre escolas, prefeituras e universidades, que desenvolveram projetos voltados à área da educação fiscal em suas comunidades locais. O projeto *Cidadão Nota 10: Um Instrumento para a Prática da Cidadania* apresenta como tema norteador "Práticas de cidadania", pois somente por meio do seu exercício pode-se construir um país honesto e digno para se viver – necessidade urgentíssima nestes tempos em que as leis nem sempre são respeitadas. Por meio da Educação Fiscal, é ensinado desde cedo ao aluno que ele faz parte da sociedade e, por isso, deve participar ativamente dela. Essa é a



proposta da Educação Fiscal ou Cidadania Fiscal na sociedade atual. E, sob essa proposta, a Escola Rosilda Wanghon foi premiada com o 3º lugar no Prêmio Nacional de 2017.

Em 2019, as atividades do Grupo foram muito intensas, com várias ações. Foi realizada a 2ª edição do Prêmio Municipal. Para o Prêmio Nacional, Santarém representou não somente o Pará, mas a Região Norte, ficando entre as seis melhores do Brasil. A Escola Maria Amália foi finalista na categoria escola e trouxe o 3º lugar para o município.

O ano letivo de 2020, em Santarém, iniciou em fevereiro. Até então, seria um ano de grandes realizações para nós do GMEF. No entanto, sem que nos déssemos conta, um fenômeno mundial alterou a ordem natural das coisas. Em março, as escolas fecharam seus portões, os professores e alunos ficaram em casa. O dia em que o mundo foi cancelado fez com que o homem se recolhesse em sua insignificância, e muitos ficaram diante de situações angustiantes. Ficamos frente a frente com nossas fragilidades: ricos, pobres, negros, brancos, cultos, ignorantes, adultos e crianças. Medidas restritivas foram impostas como nunca. Um vírus ameaçou e agrediu a todos, independentemente de nacionalidade, etnias, credos ou posicionamentos políticos. Agiu de maneira implacável.

Durante a pandemia do Coronavírus, o GMEF/SAN adaptou suas atividades para o ambiente virtual, realizando circuito de *lives* e utilizando as plataformas das redes sociais para disseminar o conhecimento sobre a função social dos tributos, bem como o controle dos gastos públicos. O Grupo, nesse contexto de distanciamento social, manteve as orientações e o acompanhamento dos projetos que foram inscritos no Prêmio Nacional, e obteve destaque como a melhor prática de cidadania em Educação Fiscal do Brasil, consagrando o 1º lugar à Escola Rosilda Wanghon. Devido à pandemia, a solenidade de premiação foi em 2022.

2021 – Ano da esperança. O GMEF completou seus 15 anos de efetivos trabalhos em prol da cidadania fiscal em Santarém. O que fazer em tempos de pandemia? Reuniões intermináveis para se chegar à conclusão

de que tínhamos que oferecer algo de especial à sociedade santarena. Participou de um webinário onde mostrou sua programação de trabalho para o segundo semestre do ano de 2021. O Grupo, por meio do projeto *Educação Fiscal: Um Presente para Santarém – 15 anos de Cidadania*, com o objetivo de promover o "controle social", lançou o desafio de entregar à sociedade santarena uma proposta consolidada de um Observatório Social. Isso continua sendo um desafio.

Chegamos em 2022, um ano muito produtivo. Muitos desafios e muitas metas alcançadas. As escolas continuaram desenvolvendo suas atividades sob a orientação do GMEF/SAN. Em setembro, foi realizada a I Semana Municipal de Educação Fiscal, uma grande demonstração de resultados exitosos apresentados pelas escolas.

Como as escolas públicas sofreram mudanças de funcionamento nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia, a organização do prêmio optou por suspender a edição de 2020 e postergar a de 2021, que foi realizada junto com a de 2022. Na edição bienal 2021/2022, a Escola Santa Luzia conquistou o 3º lugar, com o projeto "*Zelar pelo patrimônio público escolar é dever de todos*".

O ano de 2023 começou com muitas atividades e muitas ações, todas constantes no planejamento anual do Grupo. No período de 21 a 24/03/2023, com o apoio do GEFi, foi realizada *Formação em Educação Fiscal* para professores, técnicos e gestores das escolas municipal e estadual, cujo objetivo foi facilitar aos professores uma forma melhor de levar o conteúdo para a sala de aula, abordando transversalmente o tema. Em abril, foi lançado o *3º Prêmio Municipal de Educação Fiscal de Santarém*, o "Oscar da Cidadania Santarena", no qual foram inscritos 32 projetos, sendo 30 na categoria Escola e 2 na categoria Instituição.

Para a *11ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal*, Santarém inscreveu 20 projetos, sendo 18 na categoria Escola e 2 na categoria Instituição. A Escola São Pedro do Quilombo Bom Jardim ficou entre as quatro classificadas na categoria Escola e conquistou o 2º lugar com o



projeto "*Músicas e rimas que embalam meu quilombo, fortalecendo a cidadania e a cultura quilombola*". Neste ano, o tema da Semana da Pátria foi *Educação Fiscal – Eu sou cidadão legal, e você?*

No período de 18 a 22/09/2023, foi realizada a II Semana de Educação Fiscal, cujo objetivo foi ressignificar as práticas pedagógicas das redes públicas de ensino do município de Santarém, na formação cidadã. Nessa ação, as escolas compartilharam suas práticas de Cidadania.

Em 2024, o GMEF/SAN abriu os trabalhos com a palestra "*A participação social como instrumento de cidadania*", proferida por uma auditora-fiscal e colaboradora do Programa do Rio Grande do Norte. Com o apoio do GEFi/PA, o Grupo Municipal de Educação Fiscal de Santarém abraçou um novo desafio: foi realizada a I Formação para Professores do Distrito de Curuai, no Lago Grande.

Neste ano, foi lançada a I Mostra de Paródias de Educação Fiscal em Santarém. Foram produzidas 25 paródias por 18 escolas inscritas no certame. Na 12ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a Escola Rotary, representando a Região Norte, foi reconhecida como a terceira melhor prática de Cidadania do Brasil, com o projeto "*Exercendo o controle social do programa PNAE na Escola Rotary: estudantes amazônicos de olho na verba pública da merenda escolar*".

Sem recesso para o GMEF/SAN, agora chegamos a 2025. Para este ano, foram planejadas muitas ações: abertura dos trabalhos, lançamento do 4º Prêmio Municipal, participação no Prêmio Nacional, Semana da Educação Fiscal e solenidade de premiação.

A abertura dos trabalhos de 2025 aconteceu no período de 18 a 21 de fevereiro. A Caravana da Cidadania realizou rodas de conversa e palestras nas áreas de rios, de planalto e urbana da cidade, com a presença do Prof. Cícero Roberto de Melo, que trabalhou temas como "*Educação Fiscal & Cidadania: possibilidades e desafios na sala de aula*" e



"*Possibilidades e desafios na sala de aula: como desenvolver ações de Educação Fiscal*".

Para a 4ª edição do Prêmio Municipal, foram inscritos 30 projetos, que já estão sendo avaliados e cujos três vencedores serão conhecidos no dia 12/12/2025. E, para o Prêmio Nacional, o GMEF/SAN inscreveu 29 projetos.

O GMEF/SAN não para. Uma ação de grande produtividade foi a Semana de Educação Fiscal, realizada no período de 22 a 26/09/2025. Nesta semana, o GMEF foi o epicentro de demonstração de boas práticas cidadãs. Foram contempladas 45 escolas das áreas de rios, do planalto e da área urbana. O GEFi/PA viabilizou a vinda do Prof. Arthur Sérgio Rangel, de Vitória/ES, que abordou, nas rodas de conversa para professores, técnicos e gestores, o tema "*Educação Fiscal na prática: trabalhando a cidadania na sala de aula à luz da BNCC*".

Como ponto alto e em alusão aos 25 anos do Programa no estado do Pará, foi realizado o Seminário de Educação Fiscal, com a palestra "*Os impactos da implantação da reforma tributária para os Municípios*", proferida pelo Subsecretário de Administração Tributária da SEFA/PA.

Os trabalhos seguem firmes, e com eles são creditados os resultados exitosos para o GMEF, para as escolas, para o município de Santarém e para o Pará.

Nosso trabalho em Santarém, disseminando a temática Educação Fiscal, é diferenciado, é de dedicação, de esmero, de compromisso e de muita responsabilidade, cuja finalidade é ajudar na formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, para que possam construir uma sociedade justa e transparente.

Uma ação desse seleto grupo, que merece destaque, é que desde 2015, como mencionado anteriormente, realiza o *Prêmio Municipal de Educação Fiscal*. Essa premiação reconhece as melhores práticas e



estimula projetos que tratam da importância social dos tributos e da qualidade da aplicação dos recursos em benefício da sociedade. A realização desse Prêmio Municipal foi idealizada pela já citada professora Eliana Mara (*in memoriam*).

Santarém é o único município do Pará que realiza esse certame. Dos 144 municípios paraenses, 14 têm Grupo Municipal de Educação Fiscal oficialmente constituído. Destes, Santarém é o único atuante desde sua criação, em 2006. Em 2015, foi realizada a 1ª edição; em 2019, a 2ª edição; em 2023, a 3ª edição; e agora, em 2025, está em andamento a realização da 4ª edição, com 30 escolas participando do certame, cuja avaliação está em execução, pois a premiação será em dezembro deste ano.

Nesse dia, todas as escolas que fazem Cidadania Fiscal, em ritmo de festa, lotam os espaços reservados para a grande celebração. Quem subirá ao pódio para receber sua merecida premiação? Qual a relevância desse trabalho não só para a Receita Federal, mas para a sociedade, uma vez que a RFB presta esse serviço para a sociedade e não para si própria? Para nós do GMEF, a importância desse trabalho gigantesco foi o fato de um Programa – no caso, o PNEF – ter revolucionado toda uma estrutura educacional e inserido um debate nunca feito antes. Dessa forma, todos os projetos realizados e premiados foram desenvolvidos em Santarém.

Nosso trabalho, desde o início, foi pautado em realizar ações como: formações, palestras, rodas de conversa, seminários, workshops, acompanhamento dos projetos. A premiação é uma consequência do que a escola desenvolve. Sabemos que ela serve como incentivo, motivação e ferramenta de engajamento. As escolas de Santarém têm conseguido, sob a orientação incansável do GMEF, do qual faço parte há 19 anos, se destacar em nível nacional com as boas práticas de Cidadania, na premiação promovida pela Febrafite. Desde a 1ª edição, em 2012, até 2024, na 12ª edição, estamos no pódio da cidadania nacional com 8 prêmios, quais sejam:



2014 – 1º lugar;
2015 – 2º lugar;
2017 – 3º lugar;
2019 –3º lugar;
2020 – 1º lugar;
2021/2022 – 3º lugar;
2023 – 2º lugar;
2024 – 3º lugar.

Ainda em 2005, quando o GEFi-PA iniciou a interiorização do Programa nos municípios e o único que avançou e não parou mais foi Santarém. Em relação aos demais, não temos registros de premiações e grupos municipais consolidados.

Sempre enxerguei a premiação da Febrafite não apenas como entregar ou receber "um prêmio". Após cada premiação, os impactos como o aumento de confiança e inspiração são visíveis aos olhos daqueles que buscam água cristalina em meio às tempestades. Refiro-me aos professores que labutam no "chão da escola". E nós, da Cidadania Fiscal, precisamos nos afinar com esse espaço.

A cidadania fiscal deve iniciar na escola, na mais tenra idade. Nessa linha, o GMEF atua há 19 anos ininterruptos, porque é formado por pessoas abnegadas que acreditam no poder da educação. Pessoas abnegadas estão em extinção, mas em Santarém existem – elas estão no GMEF.

O Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024, celebrado entre a Secretaria Especial da Receita Federal e o MEC, tem como objeto a execução do *Projeto Rede Federal Cidadã*, buscando a inserção da temática *Cidadania Fiscal e Ambiental* no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Santarém já faz isso desde 2006, por meio da Lei nº 18.034, já citada

anteriormente. Diante deste fato, vejo como relevante este trabalho que foi iniciado bem antes que se tornasse alta prioridade para a Receita Federal.

A temática Cidadania Fiscal – Educação Fiscal – é um direito e um dever de todos nós, independentemente de cargo, função e posição social. É fundamental para o desenvolvimento do cidadão e, consequentemente, da sociedade. É hora de nos unirmos para termos uma sociedade decente, se quisermos deixar esse legado para nossa descendência.

O que deu sentido à minha vida profissional nesses 31 anos de serviço público foi a cidadania fiscal. Por meio dela, eu pude ver com nitidez o que nem sempre é dito ou mostrado nestes tempos de grandes desafios. E sair do raso não é tarefa fácil, e a cidadania fiscal me ensinou a dar "mergulhos mais profundos".

Meus agradecimentos ao Delegado que mandou eu estudar para aprender a fazer. Talvez ele já tivesse a certeza do dito popular de que "*O conhecimento é poder, e o estudo é a chave para desbloqueá-lo*". Os estudos continuam até hoje, porque cada dia é um novo desafio. Isso é cidadania fiscal, isso é educação fiscal: labuta diária, desafios, abnegação e aprendizado – porém, com a convicção de que estou fazendo a minha parte, certa de que em cada obstáculo existe uma oportunidade de crescimento.

Todos os prêmios recebidos pelas escolas ao longo desses anos são resultados exitosos desse trabalho magnífico que enleva a cidade de Santarém e a Receita Federal por meio da cidadania fiscal.

Indubitavelmente, contribuí, dentro das minhas atribuições, com dezenas de palestras, rodas de conversa, parcerias, trabalhos fora do horário – seja à noite, seja aos sábados – usando meu próprio veículo para atender a uma demanda ou a um convite. Porque trabalhar com cidadania fiscal é exatamente isso: fazer por e com amor, e não por pagamentos adicionais.



Trabalhar com amor é encontrar propósito no que se faz. Isso inclui paixão, realização, satisfação pessoal e conexão. É assim que me sinto trabalhando com a educação fiscal há 19 anos. A Educação Fiscal ou Cidadania Fiscal – para nós, essa "nova grafia" não muda o teor – fez com que eu enxergasse o mundo com uma lente maximizada. Aliás, esse é justamente um dos propósitos do Programa.



Prosas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

A presença feminina na Receita Federal do Brasil

Ana Emília Baracuhy Cavacanti
Auditora-Fiscal

Ingressou na RFB em 1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Em 1997, foi nomeada para o então cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, hoje Auditor-Fiscal da RFB. Exerceu as funções de Assistente na Superintendência da 4ª Região Fiscal. Foi Chefe do Serviço de Recursos Humanos, Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas e Superintendente-Adjunta da 4ª Região Fiscal. Atualmente, é assistente no Gabinete da Superintendência, Conselheira Titular da Comissão de Ética da RFB e Presidente desse Colegiado.

Este texto apresenta uma análise estatística sobre a composição de gênero na Receita Federal do Brasil (RFB), com foco na ocupação de funções comissionadas e na distribuição por processos de trabalho.

A análise baseia-se em dados oficiais disponíveis nos sistemas institucionais, com a finalidade de oferecer uma visão objetiva da estrutura atual da força de trabalho da RFB, considerando os servidores regidos pelo regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 1990.

A partir dos dados disponíveis no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas (SA3), observa-se que, em setembro de 2025, as mulheres representavam 36% do quadro efetivo da RFB, proporção inferior à verificada na administração direta do Poder Executivo Federal (38,9%) e no Ministério da Fazenda (37,6%), segundo dados de agosto de 2025 do Painel Estatístico de Pessoal – PEP, disponível no portal do servidor (www.gov.br/servidor/).

A distribuição por cargo apresenta variações: entre os Auditores-Fiscais (AFRFB), 24% são mulheres; entre os Analistas-Tributários (ATRFB), 41%; e entre os Técnico-Administrativos, 55%.

Quanto às funções de chefia, de acordo com as fontes mencionadas, as mulheres representavam 31% na RFB, proporção inferior à observada na administração direta do Poder Executivo Federal (40,2%) e no Ministério da Fazenda (35,4%).

Ao se observar a distribuição por categoria funcional dentro da RFB, verifica-se que 20% das funções de chefia ocupadas por Auditores-Fiscais são exercidas por mulheres; entre os Analistas Tributários, esse percentual é de 36%; e entre os servidores técnico-administrativos, 54%.

Nos contextos do Poder Executivo Federal e dos Técnico-Administrativos da RFB, a discrepância entre a presença de mulheres no efetivo e nas chefias é insignificante, com diferenças inferiores a 2 pontos percentuais. No Ministério da Fazenda, a diferença também é insignificante, embora com leve predominância masculina nas chefias.

Na Receita Federal do Brasil como um todo, e nos cargos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários, observa-se uma discrepância moderada, com as mulheres ocupando funções de chefia em proporção inferior à sua presença no efetivo.

A análise de funções específicas de liderança revela variações relevantes na ocupação por sexo. Em cargos como Agente e Chefe de Posto de Atendimento (Analistas Tributários e Técnico-Administrativos), a participação feminina é de 32%. Já em funções como Inspetor, Presidente de Turma e Delegado (Auditor-Fiscal), os percentuais de mulheres são de 5%, 22% e 15%, respectivamente. Em posições como Superintendente (30%) e Subsecretário (40%), observa-se uma presença feminina mais elevada.



A ocupação de funções comissionadas apresenta variações entre os grupos analisados. Entre os Auditores-Fiscais, 21% dos homens e 16% das mulheres ocupam funções comissionadas, sendo que 20% do total de Auditores (homens e mulheres) exerce alguma função.

Entre os Analistas-Tributários, 17% dos homens e 13% das mulheres ocupam funções comissionadas, com 15% do total de Analistas em função. Já entre os Técnico-Administrativos, 18% dos homens e 17% das mulheres ocupam funções comissionadas, totalizando 17% do grupo com alguma função.

Considerando o conjunto da RFB, 19% dos homens e 15% das mulheres ocupam funções comissionadas, e 18% do total de servidores, independentemente do sexo, exercem alguma função.

Um exercício hipotético foi realizado para avaliar a ocupação das 3.232 funções comissionadas disponíveis na RFB, considerando diferentes cenários de distribuição por gênero.

Se todas as funções fossem ocupadas exclusivamente por mulheres, 56,63% delas estariam em função. Se fossem ocupadas apenas por homens, 31,21% deles estariam em função. Já em um cenário de distribuição proporcional – ou seja, com o mesmo percentual de ocupação entre mulheres e homens – 20,12% de cada grupo estaria como titular de função.

Esse resultado indica que, para manter equidade numérica (mesmo número absoluto de funções entre os gêneros), o percentual de mulheres com função seria naturalmente maior, dado que há menos mulheres no total da RFB.

Nesse cenário de referência proporcional, a distribuição seria composta por 1.149 mulheres e 2.083 homens em função, totalizando 20,12% de ocupação para cada grupo. Esse modelo respeita a diferença no número total de servidores em cada grupo e permite avaliar cenários de distribuição proporcional com base em critérios objetivos, indicando que



os dados atuais mostram que o percentual de mulheres com função de chefia na RFB – 15% – não está muito distante do valor de referência (20%).

No entanto, observa-se baixa representatividade feminina em determinadas funções específicas, o que sugere a necessidade de uma análise mais detalhada, considerando dados de lotação e processos de trabalho. Essa análise deve também levar em conta aspectos subjetivos que influenciam a decisão de assumir funções de liderança, como interesses pessoais, expectativas profissionais e condições de conciliação entre vida pessoal e trabalho.

A distribuição de servidores por sexo nos diferentes processos de trabalho da RFB, com base nos dados do sistema SA3, apresenta variações significativas entre áreas temáticas e cargos, sem um padrão único.

Quatro áreas concentram a maior parte da força de trabalho da instituição: Administração Aduaneira (16%), Arrecadação e Cobrança (20%), Fiscalização (10%), Orientação, Atendimento e Moral Tributária (15%). Juntas, essas áreas representam 62% do efetivo da RFB.

A seguir, os percentuais de mulheres e homens por área temática e o percentual de participação da área temática no total de servidores da RFB:

- Administração Aduaneira: 25% mulheres, 75% homens; 16,4% do total de servidores da RFB
- Arrecadação e Cobrança: 42% mulheres, 58% homens; 20,3% do total de servidores da RFB
- Auditoria Interna e Gestão de Riscos: 38% mulheres, 62% homens; 0,2% do total de servidores da RFB
- Comunicação: 65% mulheres, 35% homens; 0,2% do total de servidores da RFB
- Contencioso: 34% mulheres, 66% homens; 3,9% do total de servidores da RFB



- Correição: 38% mulheres, 62% homens; 1,2% do total de servidores da RFB
- Estudos Econômicos: 22% mulheres, 78% homens; 0,2% do total de servidores da RFB
- Fiscalização: 26% mulheres, 74% homens; 10,5% do total de servidores da RFB
- Gabinete: 38% mulheres, 62% homens; 6,4% do total de servidores da RFB
- Gestão de Pessoas: 73% mulheres, 27% homens; 2,7% do total de servidores da RFB
- Inovação: 14% mulheres, 86% homens; 0,2% do total de servidores da RFB
- Logística: 41% mulheres, 59% homens; 7,7% do total de servidores da RFB
- Monitoramento: 32% mulheres, 68% homens; 1,0% do total de servidores da RFB
- Orientação, Atendimento e Moral Tributária: 48% mulheres, 52% homens; 14,7% do total de servidores da RFB
- Ouvidoria: 65% mulheres, 35% homens; 0,2% do total de servidores da RFB
- Pesquisa e Investigação: 27% mulheres, 73% homens; 1,0% do total de servidores da RFB
- Planejamento Estratégico: 36% mulheres, 64% homens; 0,3% do total de servidores da RFB
- Programação: 25% mulheres, 75% homens; 2,5% do total de servidores da RFB



- Tecnologia: 18% mulheres, 82% homens; 3,0% do total de servidores da RFB
- Tributação: 30% mulheres, 70% homens; 0,8% do total de servidores da RFB
- Vigilância e Repressão: 18% mulheres, 82% homens; 5,0% do total de servidores da RFB
- (vazio): 28% mulheres, 72% homens; 1,7% do total de servidores da RFB
- Total Geral: 36% mulheres, 64% homens
- Essas diferenças estatísticas não devem ser interpretadas, necessária e exclusivamente, como resultado de desigualdade de oportunidades. Elas decorrem de múltiplos fatores, entre os quais se incluem:
- preferências pessoais na escolha de áreas de atuação;
- perfil técnico e de competências exigido por cada área;
- necessidades específicas da gestão em determinados contextos;
- idade, experiência e tempo de serviço, que influenciam a elegibilidade para funções;
- elementos de aleatoriedade, como movimentações internas e disponibilidade de vagas;
- padrões culturais da sociedade, que influenciam expectativas e escolhas profissionais, podendo levar a uma maior presença feminina em determinadas áreas e à predominância masculina em outras;
- fatores geográficos e logísticos, como a atuação em zonas de fronteira e localidades de difícil acesso, que podem representar desafios adicionais para mulheres, especialmente em razão de



questões de segurança, infraestrutura e conciliação com responsabilidades familiares.

Os dados iniciais mostram que as mulheres representam cerca de 36% do quadro efetivo da RFB, proporção inferior à observada no Poder Executivo Federal (38,9%) e no Ministério da Fazenda (37,6%). Essa diferença é mais acentuada no cargo de Auditor-Fiscal, com apenas 24% de presença feminina.

A distribuição por sexo nos processos de trabalho da RFB apresenta variações significativas entre áreas temáticas e cargos, refletindo contextos organizacionais diversos. Uma abordagem analítica possível seria o cruzamento entre cargos (AFRFB, ATRFB, Técnico-Administrativo) e processos de trabalho (fiscalização, atendimento, arrecadação, moral tributária, entre outros), permitindo:

- identificar áreas com predominância masculina ou feminina;
- relacionar perfil técnico exigido com a presença por gênero;
- compreender barreiras logísticas e culturais que afetam a distribuição;
- sugerir políticas que estimulem o interesse das mulheres por áreas onde sua presença ainda é reduzida, especialmente aquelas historicamente ocupadas por homens.

Essas variações decorrem de fatores institucionais, técnicos, culturais e individuais, exigindo uma abordagem mais ampla que considere variáveis como localidade, faixa etária, tempo de serviço e projetos de carreira.

A análise quantitativa, por si só, não permite conclusões definitivas sobre desigualdade de oportunidades, sendo necessário aprofundar a investigação com dados complementares e análise qualitativa. Cabe ainda destacar que, embora se reconheça que o equilíbrio absoluto é improvável por diversos fatores, eventuais políticas que visem estimular o interesse



das mulheres para o exercício de chefias ou processos de trabalho específicos devem ser fundamentadas em evidências e respeitar as escolhas individuais.

Essa abordagem contribui para manter a neutralidade e a objetividade na análise, sem comprometer a autonomia dos servidores e a meritocracia nos processos seletivos.

Nesse contexto, é recomendável que os dirigentes centrais e regionais da RFB se debrucem sobre a realidade específica de suas jurisdições. Mais do que perseguir uma distribuição numérica equilibrada, o foco deve estar em compreender as causas das diferenças observadas e como elas influenciam a dinâmica organizacional. Esse entendimento é fundamental para orientar decisões estratégicas que promovam ambientes mais eficazes e alinhados às necessidades reais da instituição.

Para apoiar decisões estratégicas mais efetivas, sugere-se a criação de um painel interativo interno, nos moldes do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), com dados próprios da Receita Federal. Disponível na intranet, esse dashboard permitiria a visualização dinâmica da composição dos servidores por critérios como sexo, cargo, função comissionada, processo de trabalho, região fiscal, faixa etária e tempo de serviço. Tal ferramenta contribuiria para o monitoramento contínuo da força de trabalho, subsidiando políticas de gestão mais alinhadas às mudanças de contexto.

Além disso, recomenda-se a análise dos dados de inscrição e aprovação nos concursos públicos da RFB, com recorte por sexo, para identificar eventuais padrões de predominância masculina ou feminina no ingresso à carreira. Essa investigação pode oferecer subsídios adicionais para compreender a composição atual do quadro efetivo e suas variações ao longo do tempo.

Mais do que uma leitura estatística da força de trabalho, esta análise busca compreender a composição do quadro de servidores da Receita Federal do Brasil em sua complexidade, respeitando individualidades, competências e interesses públicos.

A distribuição por sexo, cargos e processos de trabalho deve ser interpretada como parte de uma dinâmica institucional multifacetada, que vai além de indicadores numéricos ou representações percentuais.

O objetivo é subsidiar decisões que promovam ambientes organizacionais mais eficazes, inclusivos e alinhados às vocações e potencialidades dos servidores, contribuindo para a excelência do serviço público.



A Receita que toca

Cláudia Carneiro Condé Godoy
Empregada Pública

Ingressou na Receita Federal em novembro de 1984. Atuou em diversas áreas e atualmente trabalha na Assessoria de Gabinete da SRRF06 e Assessoria de Cerimonial.

Quem diria que, num daqueles dias em que a pandemia parecia não ter fim, a música falaria mais alto. Foi assim que tudo começou. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) em Minas Gerais organizou uma apresentação musical virtual com servidores que também são músicos. Faltando uns 15 minutos, a colega da QVT me chamou e disse:

– Você conduz.

Respirei fundo, vesti um casaco de couro e fui. O show era de *rock*. Do outro lado da tela, os colegas apareciam com violão, teclado, baixo e vozes. Era gente de tudo quanto é lado. Foi sensacional vê-los entrar em nossas casas com sorriso no rosto para alegrar a alma em uma época de realidade devastada e triste.

A tristeza deu lugar ao *rock*, à descontração. Foi bonito. Quando terminou, ainda ao vivo, fiz um convite sem pensar muito, até despretensioso:

– Na primeira oportunidade, vamos todos juntos tocar na festa de final de ano da Superintendência?

Foi ali que nasceu a banda de *rock* da Receita Federal em Minas Gerais.

Ensaios? Quase nenhum. O que havia era troca de mensagens pelo celular:

– E aí, vamos abaixar o tom nessa música?

– Cara, não dá... ou melhor, vou tentar!

Assim, na base da vontade e da amizade, foi se formando algo maior. O que a banda tem de mais precioso são os seus integrantes. Todos mineiros, senão de origem, de coração – e servidores da Receita Federal. Ah, de quebra, a banda tem uma "empresária": eu mesma.

A cada novo encontro, mais gente chega. Nunca alguém sai. Temos baixistas, guitarristas, saxofonista, tecladista, vocalistas... e, claro, a bateria sempre montada sobre o tapete.

O primeiro grande palco foi o XVII ENAT – Encontro de Administradores Tributários, em casa, Belo Horizonte, já que o evento era transmitido online. Gente de todos os estados assistindo aos músicos da Receita Federal tocando para um público tributário. Tudo a ver, não?

Depois disso, vieram as apresentações que só deram mais brilho e orgulho: tocar com a Orquestra da 18ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais foi inesquecível. Em Brasília, na festa de final de ano da RFB, entregaram muito, muito.

De lá para cá foram vários clássicos do rock bem animados. A cada apresentação, esses servidores músicos não apenas tocam: eles entregam energia, união e alegria.

Quando penso nessa história, percebo que a banda *Rock in Sexta* é mais que música. E eu, que estive lá desde os primeiros acordes, sigo na plateia, esperando ansiosa pela próxima vez que o *rock* vai invadir a Receita Federal.



Amélia é que era contribuinte de verdade!

Ney Carline Limonge
Auditor-Fiscal

Ingressou na RFB em 1994 no Porto de Rio Grande/RS. Trabalhou também em Campinas/SP, na Alfândega do Aeroporto Viracopos e na Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro/RJ. Atualmente se encontra em atividade no Serviço de Controle Processual da Superintendência da 7ª Região Fiscal, RJ.

"Você não pode tratar muito bem o cliente, senão quando ele retornar, sempre irá querer ser atendido por você."

Este conselho recebi enquanto trabalhava numa agência bancária na zona norte do Rio, pouco antes de ser convocado pela Receita Federal. Fiquei por tão pouco tempo nesse banco que nem cheguei a trabalhar em outra seção que não fosse o atendimento a clientes com cheque especial. Este fato ocorreu durante o governo Itamar, época em que vivíamos uma hiperinflação, pouco antes do Plano Real. O conselho jamais foi esquecido, e tirei muitas lições dele.

Na Receita, os clientes viraram contribuintes, e sempre os tratei com muita cortesia. Para minha surpresa, isso às vezes incomodava colegas que não possuíam a mesma paciência que eu tinha, mas nunca me importei. A princípio, trabalhando em um porto, lidava diretamente com despachantes aduaneiros ou representantes de companhias marítimas. E, por ser a autoridade da zona primária, procurava preservar a hierarquia sem que isso causasse temor ou estresse a quem dependia de meu serviço.

Ao me transferir para um aeroporto internacional, deparei-me com maior variedade de tipos de contribuinte, dentre os quais os passageiros e tripulação dos aviões, empresas de *courier*, despachantes aduaneiros e importadores que buscavam apressadamente resolver seus problemas. O movimento era frenético em comparação com o porto, mas nada próximo ao movimento de uma agência bancária em dia de pagamento ou mesmo de uma Agência ou Delegacia da Receita Federal no final dos anos 90.

No retorno ao Rio de Janeiro, fui trabalhar na Delegacia - DRF-RJ I, localizada no prédio histórico do Ministério da Fazenda, no Centro do Rio. Após breve passagem pela Divisão Técnica, trabalhei por anos na Divisão de Fiscalização - DIFIS. Nesta Divisão, comecei realizando análise de Declaração Final de Espólio, Saída Definitiva e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física - DIRPFs entregues com atraso, ainda em formulário de papel, atendendo a um grupo específico de interessados, boa parte composta por funcionários de grandes empresas de auditoria.

Nesta época, a página da internet e os serviços de informática oferecidos pela Receita Federal à população ainda eram precários e restritos às pessoas com algum conhecimento no uso de computadores e de contabilidade. Por este motivo, durante o período de entrega das DIRPFs, nos meses de março e abril, a Delegacia à qual eu fazia parte convocava todos os auditores para participarem do Plantão Fiscal.

Dentre as equipes da própria DRF, havia uma específica de atendimento ao público, situada no amplo hall do edifício, conhecida como equipe de Plantão Fiscal. Lembro-me que, por anos, foi chefiada por uma auditora de nome Clarice, que, além de promover o atendimento presencial, também orientava contribuintes através da mídia em assuntos relacionados a tributos administrados pela Receita.

Porém, durante o período de entrega da DIRPF, o movimento intensificava-se de tal forma que a força de trabalho deste grupo ficava muito aquém da demanda. Contribuintes de todo o estado tinham dúvidas



sobre o preenchimento da declaração. Para solucionar o problema, a Delegacia promovia um esforço concentrado de atendimento, onde todos os auditores lotados na DRF obrigatoriamente participavam da equipe de Plantão por pelo menos duas semanas, obedecendo a uma escala pré-estabelecida, podendo exercer tal função nas Agências (ARF).

Não precisa dizer que, só pela obrigatoriedade, este plantão trazia pesadelos para alguns e aterrorizava aqueles que não gostavam de atender ao público. Eu nunca me importei com isso e, ao ser convocado, comparecia sem traumas, escolhendo para atender o mesmo local em que trabalhava.

Antes mesmo do prédio abrir, uma fila se formava do lado de fora com contribuintes de todos os níveis. Havia os contadores que possuíam muitos clientes e que costumavam fazer as perguntas mais complexas, assim como os leigos que nada sabiam sobre Imposto de Renda e que tomavam muito tempo. Por já ter experiência com as declarações entregues em papel, sentia-me completamente habilitado para atuar neste grupo, praticamente não necessitando de auxílio da supervisão.

Um outro tipo de contribuinte que também surgia nesta fila era o *"expert amador",* ou seja, aquela pessoa que preenchia a declaração de vários amigos ou membros da família e que comparecia ao Plantão para se atualizar. Este fazia o trabalho por paixão, sentindo-se gratificado por ter seu talento reconhecido ao menos por um breve período do ano. Um desses casos, para mim, foi marcante e vou contar a história para vocês. Até aqui fiz uma breve introdução do ambiente onde toda a história aconteceu e que até hoje não sei como terminou.

O Plantão Fiscal

No ano de 1998, ao ser convocado para participar do Plantão Fiscal, preferi trabalhar na parte da manhã e, ao chegar antes da hora prevista, o supervisor da equipe me ofereceu uma mesa espaçosa. Não havia



computador sobre ela, pois não utilizávamos fontes de consulta online e, naquele ano, o importante era possuir o manual do IRPF, o mesmo oferecido a todos os contribuintes.

A fila no hall dava voltas nos primeiros dias de plantão e, enquanto aguardavam todos em pé, os contribuintes observavam os ungidos funcionários da Receita que iriam sanear suas dúvidas e, quem sabe, também oferecer dicas para não cair na temida malha. Na época, levava-se anos para resolver qualquer problema de malha, então, se pudesse evitá-la, seria melhor.

Com o início do atendimento, os contribuintes se aproximavam e, ainda meio tensos, começavam a fazer suas perguntas. Por mais simpática que fosse a campanha publicitária da Secretaria da Receita Federal, representada à época por um leão meio domesticado, o fato é que nossa burocracia intimidava qualquer indivíduo. Ninguém queria possuir pendências com o Fisco e, talvez por isso, diferentemente da fila de um banco, não se ouvia reclamações.

É importante mencionar que não recebíamos orientação ou fazíamos qualquer treinamento para o atendimento na época. Cada auditor era independente, fazia o seu melhor do jeito que podia. Apesar disso, nunca observei algum distúrbio ou confusão durante o plantão. O ambiente sempre foi de paz e bastante civilizado.

Os primeiros dias foram promissores: não precisei da ajuda de terceiros e era um dos mais produtivos. Com o objetivo único de auxiliar o contribuinte no preenchimento da DIRPF, não fazia perguntas de cunho pessoal ao interlocutor durante o trabalho, assim como também nada respondia sobre este assunto. Esse tipo de pergunta aparece para quebrar o nervosismo, mas o fato é que, além de não fazer parte do contexto, poderia prolongar a "consulta". Temos que aprender a lidar com isso, principalmente quando atendemos pessoas idosas.



Sabendo de tudo isso, ainda na primeira semana do plantão, três senhoras com mais ou menos setenta e tantos anos sentaram-se à minha frente, sendo que apenas uma delas falava com desenvoltura. Apresentou-se dizendo ter trabalhado com o falecido marido em seu escritório de contabilidade e que fazia a declaração para amigas e toda a família. Dona Laura, como se chamava, disse comparecer todos os anos para conhecer eventuais mudanças de regras e tabelas de desconto. Foram muitas as perguntas e pacientemente tirei-lhe todas as dúvidas.

No ano seguinte, no mesmo Plantão Fiscal, Dona Laura reapareceu e novamente acabei por atendê-la. A história se repetiu após mais um ano, quando a recepcionei pela terceira vez. Claro, coincidências podem ocorrer, mas nessa hora me veio à mente aquele velho conselho recebido na agência bancária. Só que agora vieram apenas duas senhoras: Dona Laura e sua fiel escudeira, cujo nome era Amélia, uma espécie de Sancho Pança, só que muito magra, que carregava todos os documentos e recibos em pastas de papelão, daquelas que levávamos para a escola quando criança.

Por todo esse tempo que participei do Plantão Fiscal, concomitantemente, a Receita Federal aprimorava sua página de internet institucional e, ano após ano, cada vez mais facilitava a vida do cidadão. Por esse motivo, no início dos anos 2000, o Plantão Fiscal foi descontinuado. Pouco tempo depois, a própria equipe do Plantão deixou de existir. Particularmente, fiquei triste, afinal, trabalhando na fiscalização de PJ (Pessoa Jurídica) na ocasião, eu mesmo era um grande "cliente" deles. Posso dizer que me proporcionaram grandes soluções.

E, não existindo mais atendimento ao público, no ano seguinte apareceu na recepção da minha repartição, no caso DIFIS, uma senhora que gostaria de falar comigo. Para minha surpresa, constatei tratar-se de Dona Amélia, a mais recatada das três senhoras que por três vezes atendi no Plantão. Ela perguntou-me se eu poderia "dar uma olhadinha" em sua

declaração para verificar se estava tudo certo. Abriu sua pasta de papelão e tirou de dentro de um envelope uma folha de papel almaço onde reproduzia por escrito os valores e cálculos a serem repassados para o formulário de papel do IRPF.

Apesar de ocupado, não me custava atender àquela senhora que veio de Copacabana até o Centro apenas para falar comigo. Verifiquei os cálculos, relação de bens, despesas médicas, rendimentos tributáveis, tudo escrito à mão, e estava perfeito. Na ocasião, perguntei por Dona Laura, a contadora do grupo, e tive como resposta: "infelizmente Laura ficou caduca".

Desde então, no período de entrega da DIRPF, Dona Amélia passou a me procurar onde quer que eu estivesse, para conferir se fazia tudo certo. Andava sempre com sua pasta de documentos e o papel almaço. E, rotineiramente, após o breve atendimento, ela me dava uma pequena lembrança de agradecimento: ora uma caixinha de sabonete, ora loção pós-barba, jogo de cartas, canetas ou bombons, tudo muito simples, que eu repassava para as secretárias da Divisão tão logo ela partisse.

Anualmente, ela era anunciada onde quer que eu estivesse lotado. As secretárias achavam graça e os colegas auditores não entendiam por que eu ainda a atendia. Sinceramente, ela aparentava ter tanta idade que, a cada ano, eu achava que não resistiria até o ano seguinte. Mas Dona Amélia insistia em me surpreender.

Ela era professora e possuía diversas fontes de renda, pois deu aulas para entidades da União, do Estado e do Município, tinha aposentadoria do INSS e ainda recebia pensão do marido. Por esse motivo, em sua declaração de ajuste, apesar das antecipações, ela ainda pagava um tributo relativamente alto e, mesmo assim, nunca reclamou ou jamais me perguntou se havia alguma forma de reduzir o que tinha a pagar. Não me lembro de tê-la corrigido uma única vez; acho que me visitava apenas para ter um apoio moral.



Infalivelmente, Dona Amélia me procurou por todos os anos até a pandemia. Em 2020, fui trabalhar na modalidade *home office* fora do Rio e, desde então, não mais a encontrei e nem sei se continua viva. Pelo menos em minha memória, ela está. Para mim, ela foi, ou ainda é, um exemplo de cidadã ciente de suas responsabilidades e deveres. Anualmente, cumpria com suas obrigações tributárias e se orgulhava por isso. Eu também me orgulhava dela.

A cada ano que avistava Dona Amélia, além de surpreso, ficava feliz por ela, mas também me lembrava do Abreu, o sábio conselheiro do banco, que dizia que se você atender muito bem a pessoa, ela irá te procurar pelo resto da vida para ser atendida por você. E não é que ele estava certo?

Ansiedade

Guilherme Fernando Scandelai
Auditor-Fiscal aposentado

Viúvo, pai de dois filhos de 17 anos, iniciou sua vida laboral na roça, exercendo muitas atividades desde então: lavrador, vendedor, padeiro, funileiro, escriturário, bancário, agente de saneamento, Analista de Finanças e Controle e Auditor-Fiscal. Aposentado, atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Maria Mãe, em Juiz de Fora, onde atua como voluntário e também como contador de histórias.

Era o ano de 1997. Na secura do Planalto Central, muito parecida com a vivida em 2024, estávamos nós, os 500 aprovados no concurso para Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, participando do curso de formação. Vivíamos em júbilo, tínhamos conquistado um feito extraordinário. Dentre os 130.000 candidatos, fomos os aprovados.

Caminhávamos, então, entre a preocupação com o bom desempenho no curso e a euforia de tantas festas diárias, e notadamente noturnas. Enfrentar os dias do curso depois de noites maldormidas não era simples. Nossos rostos, nas manhãs de curso, eram a imagem do cansaço, do sono, da ressaca. Vencemos, avançamos todos, e cada um foi para seu estado tomar posse.

E lá fui eu! Caipira do interior de São Paulo, Pirangi na verdade, e ansioso até a medula, não esperei virar o ano e fui no dia 29 de dezembro de 1997. Muitos deixaram para janeiro de 1998. Essa ansiedade, que

sempre me castigou, também trouxe algumas vantagens. Tomar posse em 1997 ajudou-me na questão das férias e outros quesitos mais. Isso me fez compreender que, quando bem entendida e dosada, a ansiedade até pode ser um fator positivo. Aprendi a conviver com ela e hoje vivemos em paz.

Às vésperas do réveillon, lá fui eu para a posse. Como nessa época do ano há o recesso nas repartições públicas, quem me recebeu foi o então Diretor de Arrecadação e Fiscalização, Sr. Luiz Alberto Lazinho. Sendo eu um bom caipira, sempre fui muito precavido. Sabia que todos o chamavam de Lazinho, mas não queria parecer íntimo ao chamá-lo pelo apelido. Não sabia que era seu sobrenome. Chegando lá, ao cumprimentá-lo, eu disse:

– Bom dia, Sr. Lázaro, bom conhecê-lo!

Ele gentilmente corrigiu-me, mas o estrago já estava feito. Caipira, quando passa vergonha, murcha, e daí para frente eu tinha medo até de abrir a boca. O Sr. Lazinho era uma figura extraordinariamente simpática e deixou-me à vontade, perguntando-me em que local eu gostaria de trabalhar. Ofereceu-me, para escolha, o núcleo de normas ou a sua assessoria. Eu, que não tenho muita amizade com legislação, seja ela qual for, optei na hora pela assessoria. E, no mesmo dia, já fui para minha sala arrumar meu canto de trabalho.

Passados alguns dias, já no mês de janeiro de 1998, o Sr. Lázaro – ou melhor, Sr. Lazinho – chamou-me e disse:

– Você sabe manusear o *data show*? É que preciso fazer uma apresentação de multimídia na ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e gostaria muito de fazer nesse novo formato.

Naquela época, no INSS, a tecnologia ainda dava os primeiros passos. A internet havia acabado de chegar, era lenta, e o uso de computadores e suas facilidades era incipiente. Nunca alguém tinha feito uma apresentação de slides digital. Eu, abelhudo que sempre fui, caipira, mas não medroso, respondi imediatamente que sim. Logicamente que

nunca havia tido contato com esse tal aplicativo. Foi uma mentirinha, digamos, necessária.

Pode parecer banal hoje, mas, na época, era totalmente disruptivo. Estávamos trocando lousas e cartolinas por projetor e efeitos especiais numa tela. Era o bicho! Ou eu aproveitava a oportunidade, com riscos enormes de me lascar, ou renunciava à oportunidade e voltava para meu canto. Era o cavalo branco selado passando. Sr. Lazinho, então, disse-me:

– Eu sabia que havia feito a escolha certa ao te ofertar a assessoria, era disso que eu precisava. Olha o peso da responsabilidade! Ele era o Diretor! Para o INSS, ele era o que é hoje o Secretário da Receita Federal. Meu Deus, olha no que me meti! Agora haveria de dar conta ou passar outro vexame. E a apresentação estava marcada para daí a dois dias. Passou-me, em papel, aquilo que queria nas telas, dizendo para que caprichasse.

O que seria "caprichar"? Para quem não sabia nem o que estava dizendo, e nem tampouco como seria o tal fulaninho *data show* dos slides, a palavra "caprichar" deixou-me em pânico! Amarelei, mudei de cor umas dez vezes, mas caipira que é caipira, que já havia vivido tanta escassez na vida lá na roça, não me fiz de rogado. Agarrei as folhas de papel e sumi para minha sala. Descobri um curso do programa de multimídia em disquete – aquele quadradinho – e passei a estudar como alguém faminto come um bife acebolado!

Conforme estudava, dava os primeiros passos no arquivo. Óbvio que aprendi apenas o básico, mas foi o suficiente para preparar a apresentação e mostrar para o diretor. Ele achou aquilo o "ó do borogodó" e eram só elogios, mas – e a coisa sempre pode piorar – disse-me:

– Amanhã você vai à apresentação comigo para manusear.

– Eu? – As pernas tremeram! Minha atuação poderia ser fatal! Era como dirigir numa estrada depois de sair da primeira aula na autoescola! Lá



fomos nós! Eu pilotava o computador como alguém dirigindo um carro de Fórmula 1, e o Sr. Lazinho discorria, olhando para a tela como alguém que estivesse rompendo a barreira rumo ao mundo digital.

Na verdade, era isso mesmo. Naquela época, o INSS e nós, servidores, estávamos fazendo a transição da Previdência analógica para a digital. Aliás, nossa geração teve essa dádiva. Saímos de um mundo analógico para o mundo digital e sobrevivemos. É um grande feito! As gerações posteriores só conhecem o mundo com internet. Estudar para concurso naquela época era uma odisseia. Apostilas só em papel e conhecimento mais profundo só em cursos, para quem podia pagar. Agora tudo está a um clique de distância.

Sr. Lazinho saiu de lá todo satisfeito, elogiado que foi. Eu saí feito um pavão. Parecia que havia inventado a pólvora. Daí para frente foram grandes feitos dentro do INSS, sempre na linha da gestão.

Tempos depois, um colega de trabalho, numa festa, perguntou-me:

– Qual deputado te indicou para a assessoria da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização? Respondi:

– Como assim? Você acha mesmo que um caipira da roça conheceria algum deputado em Brasília? Eu nem conhecia o tal de *data show.*

Acontecimentos como esse sempre foram férteis na minha vida. O acaso, embora duvide dele, sempre me apontava o rumo. Atribuo a uma proteção espiritual gigante que, merecendo ou não, sempre tive.

Minha chegada para posse antecipada, culpa da minha ansiedade, trouxe-me ganhos. Não que não tenha sofrido com isso – afinal, aqueles dias foram intensos –, mas, nesse caso, a ansiedade foi minha aliada e abriu muitas portas. Às vezes, aquilo que nos perturba é a força, o empurrão a descortinar novas situações, novos ares, novas conquistas. É preciso atenção!



Hoje, aposentado, deixo aqui meus agradecimentos ao Sr. Lazinho e a meus colegas e amigos de trabalho, todos sob a guarda da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.



Cidadania Fiscal em tempos de COVID-19

Ademir José Balena
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 2006 na Agência em Medianeira/PR. Exerceu a função de Chefe de Agência de 2014 até 2022 quando a unidade foi fechada. Atualmente, está lotado na DRF/Cascavel-PR, atuando nas equipes do Fale Conosco do Simples Nacional e Equipe de Vigilância e Repressão 1 da 9ª RF.

Trabalhando na cidade de Medianeira, interior do Paraná, na segunda década dos anos 2000, ocupava o cargo de chefe de Agência. Sempre gostei de me envolver, por meio do trabalho voluntário, com as causas das comunidades onde vivi.

Assim, não demorou para eu ser chamado para uma reunião de sensibilização visando à fundação, na cidade, de uma unidade do Observatório Social do Brasil – OSB. O tema parecia instigante e fui conferir.

Percebi logo uma convergência de objetivos entre o Programa de Cidadania Fiscal existente na Receita Federal do Brasil (RFB), que busca construir uma sociedade mais justa e solidária, e o OSB, cuja missão é: "Despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade organizada, tornando-a proativa...".

Considerando que o OSB não recebe recurso público, passamos a buscar na comunidade pessoas sensíveis à causa e dispostas a contribuir de modo recorrente com algum recurso financeiro. Encontramos respaldo junto a empresários e pessoas físicas.

Após algumas reuniões, em agosto de 2010, decidimos pela fundação da unidade no município. Em meados de 2015, quando o OSB já estava consolidado na cidade, decidimos que era o momento de ampliar o trabalho para além do monitoramento dos gastos públicos, focando nas novas gerações. Então fomos para as escolas e replicamos o Concurso de Desenho e Redação da Controladoria-Geral da União (CGU), que a cada ano tem um tema diferente, ligado à Cidadania Fiscal.

Fazíamos a divulgação do concurso da CGU junto às escolas que aderiam ao trabalho e, ao final, enviávamos os trabalhos classificados para aquele órgão. Mas ainda faltava um impulso maior: queríamos proporcionar também uma premiação local, visando alavancar os trabalhos. Para tanto, precisávamos de recursos financeiros e/ou materiais que não tínhamos na agência da RFB e tampouco no Observatório Social.

Buscamos então sensibilizar o Gabinete da Delegacia da Receita Federal em Cascavel sobre o alcance do trabalho. O custo para a RFB era praticamente inexpressivo, bastando a destinação de algumas unidades de produtos objeto de apreensão aduaneira.

Tendo sido contemplado com a destinação de uma pequena quantidade de itens apreendidos na aduana – celulares, tablets, câmeras fotográficas etc. – , o Observatório Social de Medianeira ganhou um estímulo ainda maior para implementar os trabalhos nas escolas.

A título de exemplo, no ano de 2021, em plena pandemia, foi trabalhado o tema “De olho nos recursos públicos”. Este contemplava noções de tributação e aplicação dos recursos públicos e provocava nos alunos uma reflexão acerca da realidade local, regional e nacional.

Trabalhando com situações práticas, como a disponibilidade de escolas, com professores, materiais, alimentação etc., as crianças passavam a ter compreensão do assunto. Ampliando o escopo para a realidade da cidade, os alunos eram provocados a refletir sobre os instrumentos públicos, tais como ruas, praças, iluminação pública etc.



O trabalho começou com o planejamento no mês de março. Durante os meses de maio, junho e agosto foram visitadas sete escolas municipais, realizadas 44 palestras e sensibilizados 474 alunos. Importante ressaltar que, devido às medidas restritivas decorrentes da COVID-19, o número de alunos em cada palestra era limitado, visando atender às normas vigentes à época.

No mês de setembro, após uma prévia classificação, as escolas enviaram para o Observatório Social 65 trabalhos. Foi então definida uma comissão com os voluntários do Observatório Social, que se reunia à noite para escolher os melhores trabalhos, resultando na seleção de 21 trabalhos orientados por 15 professores.

Para a entrega da premiação, convidamos os alunos e seus familiares, professores e diretores(as) das escolas envolvidas no trabalho para uma solenidade no auditório da Prefeitura Municipal de Medianeira. Após a solenidade, foi servido um coquetel patrocinado por alguns apoiadores do Observatório Social. Um dos trabalhos daquela edição foi reconhecido nacionalmente pela CGU.

Em 2022, a Agência da Receita Federal do Brasil na cidade foi fechada e a RFB remodelou seu Programa de Cidadania Fiscal. O trabalho junto às escolas restou interrompido.

De toda forma, temos convicção de que plantamos na mente daquelas crianças que fizeram um simples desenho ou uma redação, ao longo do período em que o trabalho foi desenvolvido, uma noção de Cidadania Fiscal que, certamente, de alguma forma, refletirá na sua formação de cidadão ou cidadã.



Cidadania Fiscal: Um legado de conhecimento que promove um tributo à solidariedade

Antônio Jordão da Silva Júnior
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 1984. Em 1991, assumiu o cargo de Técnico do Tesouro Nacional, atual Analista Tributário. Trabalhou na DRF Curitiba/PR - Fiscalização e Arrecadação e na Superintendência da 9ª RF - na Dipol, na Diate e na Sacin. Atualmente é Representante de Cidadania Fiscal da 9ª Região Fiscal.

"Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria."
Memórias Póstumas de Brás Cubas

Machado de Assis

Essa frase é a que me vem à mente ao lembrar de uma conversa que tive com um colega de trabalho, há muitos anos, quando comecei a ter atividades ligadas à então denominada "Educação Tributária". Àquela época, conversa essa que vou esmiuçar no decorrer da exposição da história que estava guardada nas gavetas da memória – hoje dir-se-ia salva na nuvem –, que teve início há muitos anos.

Bem, a trajetória da Cidadania Fiscal, que já foi Educação Fiscal e, por sua vez, também foi Educação Tributária, tem uma gênese que se perdeu nos escaninhos das antigas bibliotecas que ainda tinham, em seu acervo, livros produzidos em papel.

Digo isso porque, quando criança, estudante do antigo ginásio, lembro de ter recebido um livro – físico, claro – que apresentava, em sua

capa, uma formiga elegante e um tatu usando uma, também elegante, gravata borboleta. Sim, era a cartilha "*Dona Formiga, Compadre Tatu e o Imposto de Renda*".

Sequer imaginava que, alguns anos depois – como diz o ditado: "o mundo não dá voltas, ele capota" –, lá estava eu trabalhando na atualização do "Perguntas e Respostas" do Imposto de Renda da Pessoa Física.

E foi aí, nesse salto no tempo, da época do então ginásio para meados da década de 90, que fui trabalhar na Disar – Divisão de Arrecadação da Superintendência –, ocasião em que as equipes estavam consolidadas, com a maior parte dos servidores atuando há um razoável tempo nas suas atividades afins.

Tendo chegado por último, um "calouro" na Divisão, passei a ser o responsável pela gestão de assuntos relacionados a um tema ao qual a própria Receita Federal não dava o valor devido e, ao encontro dessa desafeição, os próprios colegas dele "fugiam", por entenderem que o referido tema teria entrado pelas portas do fundo da então SRF – Secretaria da Receita Federal – , e que seria um tributo de pouca relevância para o órgão.

Sim, só sei que foi assim: fiquei responsável pelo ITR – lançamento, inscrição em DAU (Dívida Ativa da União), cadastro, manual de preenchimento e formas de apresentação de declaração, entre outros tópicos relacionados ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, cuja competência da administração das receitas – incluídas contribuições sindicais – havia sido transferida para a Receita Federal.

Depois da rápida ambientação com as atividades da Divisão e, assim, entrado para o time dos "veteranos", uns dois anos depois, durante reunião periódica de avaliação dos trabalhos, que acontecia de quinze em quinze dias, o chefe da Divisão, ao relatar os assuntos discutidos em

encontro que acontecera em Brasília, falou sobre um incipiente programa que passaria a fazer parte das atividades da Divisão, conhecido como Programa de Educação Tributária.

Ele então explicou que tinha quase nada de informação a respeito do referido programa, mas, mesmo assim, perguntou se alguém entre nós teria interesse em ficar com a atribuição de cuidar dessa nova atividade.

E foi assim que aconteceu: ao manifestar interesse pelo assunto, tive meu segundo contato com a então "Educação Tributária", hoje "Cidadania Fiscal", ao ficar como responsável pelo tema na Divisão de Arrecadação.

Desse modo, passei a participar de diversas atividades nas duas áreas: as que envolviam o ITR e a que depois passou a denominar-se Educação Fiscal. Assim, foi inevitável que, nos seminários nacionais e encontros regionais e locais, essas duas áreas ficassem irmanadas, tendo espaço para apresentação das duas temáticas.

Naquela época, nós tínhamos, anualmente, os seminários do Imposto de Renda da Pessoa Física, geralmente no mês de fevereiro e, com a vinda do ITR, passamos a ter, também anualmente, os seminários do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, que aconteciam entre os meses de julho e agosto.

E foi a partir dessas atividades que, nesses seminários, a Educação Fiscal passou a ser apresentada por meio de palestras e "peças teatrais" produzidas para a ocasião, sendo que, na apresentação dessas peças, surgia a veia artística de colegas que demonstravam sensibilidade e interesse pelo assunto.

Foi em um desses encontros, então, que um colega, rindo às pencas, manifestou, de chofre, que eu era uma das poucas pessoas que acreditava em dois temas, dentro da Receita Federal: a Educação Fiscal e o ITR.



Eu, inicialmente, fiquei perplexo, imaginando que, de repente, era alguma "pegadinha", considerando que tinha estima pelo colega – que continuo tendo. Com sua declaração, o que fiz foi argumentar que tínhamos que desenvolver alguma atividade que possibilitasse o esclarecimento da sociedade quanto à necessidade do Estado e, por sua vez, a importância social do tributo, sem o qual as futuras gerações, e nós mesmos, claro, passaríamos a ter mais dificuldade em encontrar amparo e resguardo na atuação do Estado, afora o prejuízo na oferta de serviços públicos essenciais, tais como educação, saúde e segurança, entre outros.

O colega até que começou a reconhecer os argumentos, mas entendia que estávamos "forçando a barra", querendo impor, segundo as suas próprias palavras, esse assunto às crianças e adolescentes.

Foi então que falei que preferia tentar deixar um melhor legado para elas, diferente do entendimento do personagem Brás Cubas, citado na epígrafe dessa história. Enquanto o personagem via naquilo que apontava como uma vantagem – a de não ter transmitido a outros o sofrimento de viver a "miséria", que é a condição humana –, eu explicava que a humanidade busca, há milênios, uma melhor maneira de lidar com essa "miséria" e que, enfim, "inventou" o Estado, que oferece condições para a sobrevivência da nossa espécie e que, para mantê-lo, precisaríamos "emplacar", de maneira permanente, como programa de Estado, a educação fiscal, a partir dos anos iniciais.

E que, para a redução da "miséria humana", é preciso resgatar o conceito de solidariedade e a ação de ser solidário, que tem a ver, também, com o entendimento sobre a necessidade da conscientização quanto à importância de pagar tributos e de fazê-lo de forma voluntariosa.

Enfim, essa é uma história real que demonstra a importância do convencimento sobre a relevância do Estado e do imprescindível e inevitável tributo, sem o qual o Estado não tem como existir.



É por esse motivo que essa história só vem reforçar a importância do tema, evidenciando que as pessoas têm interesse em melhor compreender o assunto, o que fará com que elas, da mesma maneira que o colega, então reticente em um primeiro momento, reconheçam que essa conscientização deve ser esparramada para todas as gerações, já a partir das crianças – os nossos contribuintes do futuro.



Dignidade para minha filha

Melissa Fernandes Geraldo Mafaldo
Assistente Técnico-Administrativo

Servidora Pública Federal desde 2011. Mãe de duas meninas, casada há 25 anos. Gosta de ler, costurar e viajar. Agente da ARF Alegrete/RS.

Em maio de 2016, recebemos a informação de que o Decreto 8.727/16 havia sido aprovado e que, a partir daquele momento, os cidadãos poderiam incluir o nome social em seu CPF. Eis que, numa tarde quente daquele mês, entra uma jovem travesti, bastante tímida, acompanhada de uma senhorinha. Assim que começo o atendimento, pego os documentos dela, observo o nome "Henrique Silva" (nome fictício), dirijo meu olhar pra ela, que em nenhum momento levanta os olhos, e pergunto:

– Moça, mas tu te identificas como "Henrique"?

Ela prontamente levanta o olhar e diz:

– Não!

– E por qual nome tu te reconhece?

Agora, tenho sua atenção total e seus olhos nos meus olhos...

– "Luana Carolina" (nome fictício)!

– Então, que tu acha de a gente incluir o teu nome social no CPF?

– Mas eu tentei colocar lá no título de eleitor (Cartório Eleitoral) e não consegui, porque não tenho Carteira de Identidade Social.

– Carteira de Identidade Social? Não sei se precisa... Pois entendi que pela lei não há exigência... Deixa-me ver aqui se há alguma exigência ou não, porque essa será a primeira vez que vou fazer.

Então, procurei no Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte - SISCAC a orientação sobre como incluir o nome social no Cadastro CPF e dizia que bastava completar um formulário com o nome social que o cidadão queria, ele assinava e incluíamos no sistema. Imprimi e alcancei para "Luana Carolina" preencher. Quando terminei a alteração, imprimi o Comprovante de Inscrição e entreguei a ela, que pegou e ficou alisando aquele pedaço de papel, com olhos fixos, parecia que segurava um troféu, um grande prêmio... Foi então que a senhorinha disse:

– Moça, vou te contar uma história... Eu sempre tive o sonho de ter uma filha, mas tive três meninos... Até que percebi que um deles era a minha menina... Minha "Luana Carolina". E eu sofri com ela por todas as vezes que as pessoas a maltrataram e todas as vezes que a desprezaram... Uma tristeza que não tem fim, mas ver ela ser bem atendida e tratada com tanta dignidade encheu meu coração... Obrigada, moça! Obrigada mesmo! E será que eu posso te dar um abraço de mãe?

– Claro! – eu disse imediatamente.

Nos abraçamos e percebi que ela estava chorando, mas com um sorriso no rosto. Então ela disse que eu dei dignidade para a filha dela, mas foi ela que encheu meu coração. Não sei bem descrever o que senti, se foi paz, carinho, sentimento de dever cumprido... O fato é que aquele atendimento me fez perceber o quanto um gesto simples pode ser especial para alguém.

Sendo servidora pública, tive a convicção da importância do meu trabalho para a sociedade, naquele dia em especial, para Luana e sua mãe. O atendimento, que para mim poderia ser apenas mais um, para elas fez toda a diferença.



História de vida de um servidor da RFB

Túlio Acácio de Souza Oliveira
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 2006. Trabalhou em Novo Hamburgo e São Leopoldo no RS. Foi chefe de equipe, atuou em restituição, ressarcimento e compensação, e em cálculo de obras. Atualmente, está na Equipe de Atendimento da Superintendência da 7ª Região Fiscal.

A chegada

Ingressei no serviço público com 19 anos, em 1984, no cargo de Agente Administrativo. Em 1990, passei no concurso interno e externo para TAF, com posse em 1991 na DRF de Cuiabá/MT. Fiz concurso pelo DASP no final de 1983, estudando apenas uma semana até de madrugada. Passei em 14º lugar, dentre mais de 200 classificados e inscritos. Fui chamado e tomei posse na RFB em 1984.

Tirei minha CNH A/B. Comprei meu primeiro carro popular e o vendi no mesmo ano; depois comprei minha primeira motocicleta preta, ano 1982, sem saber pilotar. Em 1983, passei no vestibular da UFMT para o concorrido curso de engenharia civil, o qual seria trocado mais tarde para contabilidade, em função da Receita, por estar mais voltada para esta área.

Posse e 1ª viagem a serviço

Logo que entrei, ocupei o cargo de Agente Administrativo, dado posse pelo então Delegado do Ministério da Fazenda no MT. Fui

encaminhado para trabalhar na RFB, onde já assumi a chefia – substituta da SECAAR (Seção de Análise e Acompanhamento da Arrecadação), pertencente à DIVARR (Divisão de Arrecadação).

Fiz, aos 20 anos de idade, em menos de quatro meses, três viagens para Brasília, para elaboração das metas de Previsão e Análise para o ano de 1985 para o estado de Mato Grosso. Nesta época, tínhamos que viajar de avião, sempre com trajes formais, e quando chegávamos em Brasília, os carros oficiais iam nos buscar no aeroporto. Eram os famosos carros pretos com o nome do Ministério na porta escrito em amarelo.

Nossa capital federal, com pouco mais de 20 anos de idade, era tudo novo e bem conservado, com avenidas largas e muitos ônibus nas ruas. Sempre íamos ao moderno e badalado Conjunto Nacional, onde nos reuníamos, sempre bem recebidos, na UNACAF – União Nacional dos Controladores da Arrecadação Federal, entidade sindical existente na época.

Também naquele ano, fiz minha primeira viagem a serviço para o interior de MT, cidades de Alta Floresta e Sinop, com muita lama e ônibus "traçado", cheio de buracos no piso. Na cidade de Alta Floresta, em função do tamanho e proximidade com garimpos da cidade de Peixoto de Azevedo, havia muita circulação de garimpeiros, ouro, emissão de carteira de garimpeiro (emitida pela Receita Federal) e muita fiscalização. Gente armada para todo lado, menos eu, com apenas 20 anos.

Já em Sinop, havia muita exploração de madeira e muita queimada do pó de serra que ficava dos cortes. Muitos móveis e produtos de madeira, preços baratos, sem fiscalização, até então quase nenhuma nesta área.

O interessante desta minha aventura funcional foi que muitos aviões pequenos haviam caído na região. Fui em avião deste porte para lá, mas, em função do medo, retornei de ônibus, com alguns dias de viagem e sem qualquer estrutura nas estradas, cheias de lama, que começavam a fazer terraplanagem e asfaltar.



Vale lembrar que, nesta época, havia, de nível superior, os cargos de Controladores de Arrecadação e Fiscalização (CAF) e os Fiscais de Tributos Federais (FTF), com sedes e sindicatos distintos. Em 1986, foi criada a carreira de TAFs – Técnicos de Arrecadação e Fiscalização. Os CAFs ficavam somente no serviço interno e os FTFs no externo de fiscalização.

Já em 1986, começou um movimento de unificação das carreiras, tendo em Belo Horizonte, no mesmo período da morte do nosso recém-eleito presidente Tancredo Neves, cursos de contabilidade voltados para a área de fiscalização, para os CAFs, onde fui o único Agente Administrativo do Brasil a participar.

Ingressando em nova carreira dentro da Receita

No ano de 1989, abriram as inscrições para concurso de TAF, o qual fiz e passei, tanto no concurso interno, último de ascensão funcional, quanto no externo, em 8º lugar para o Mato Grosso. Nosso curso de formação e concurso foi da área exclusivamente aduaneira; fizemos treinamento em Corumbá/MS, onde havia todos os tipos e lugares considerados alfandegados.

Lá tivemos uma experiência terrível durante o curso de formação: ao fazermos fiscalização em uma feira de rua com vários estrangeiros vendendo produtos importados, eles se viraram contra nossa turma toda do treinamento e fomos expulsos. Fizeram-nos correr para as viaturas e saímos às pressas. Fomos notícia de rádio e TV quase todos os dias da cidade e região, pela atuação de mais ou menos 30 colegas analistas e dois auditores.

Em 1991, logo após chegar do curso de formação, segunda fase, fui escalado para fazer curso de CAD – Cobrança Administrativa Domiciliar, em Brasília, por duas semanas. Decorrente deste treinamento e acompanhado de supervisor FTF/CAF, ficávamos em empresas fazendo levantamento fiscal/tributário, que renderia muitos créditos para o erário.



Fiscalização de rua

Em 1993, com o advento do Plano Real, fomos quase todos os servidores e demais funcionários da RFB para as ruas fiscalizar a emissão de notas fiscais. Nas portas dos estabelecimentos comerciais do centro de Cuiabá, aplicamos multas por falta de emissão do documento.

Voos internacionais em Cuiabá

No início dos anos 90, no Aeroporto Marechal Rondon, na cidade vizinha de Cuiabá, tivemos voos fretados de turismo vistoriados, inclusive alguns vindos do exterior. Foi interessante ao fiscalizarmos algumas aeronaves oriundas da América do Sul, cuja fuselagem parecia uma colcha de retalhos de tantos remendos na estrutura externa.

Mudança do CGC para CNPJ

No ano de 1995, começaram as alterações no cadastro de pessoas jurídicas. Fomos escolhidos para fazer, nas unidades de MT, a implementação do novo CNPJ e depois também transmitir os disquetes recebidos de inscrição e alteração da base de dados, direto na unidade de processamento da cidade.

Em 1996, fui nomeado chefe substituto da Divar – Divisão de Acompanhamento da Arrecadação, da Delegacia de Cuiabá, ficando na substituição de um colega auditor por 30 dias, com cerca de 30 servidores, alguns CAFs, sob minha supervisão. Uma das recomendações do titular, em função da diminuição e contenção de custos, foi somente fornecer canetas cheias aos colegas se trouxessem a vazia para comprovar a necessidade do material.



No final dos anos 90, fiz parte da equipe de auditoria da arrecadação da 1ª Região Fiscal, onde efetuamos levantamento como plano piloto na DRF de Goiânia, com a peculiaridade de que a unidade funcionava em um hotel alugado para a Receita.

Em 1995, quando estavam criando os CACs (Centros de Atendimento ao Contribuinte) e estávamos deixando de utilizar as "listagens em papel", as famosas LAD, LED etc., tínhamos para atender ao público apenas três equipamentos na DRF, com uns 10 servidores para utilizá-los e apenas uma impressora matricial. Tudo muito inicial e arcaico para os dias de hoje, com utilização de carimbos de recepção de documentos.

Modo antigo de entrega do IR

Também foi nesta década que, na Delegacia, éramos todos convocados para ficarmos além do expediente normal para recebermos as declarações do IR, que em 1995 ou 1996 passou de papel para disquetes, com validação antes da entrega.

Prédio novo, vida nova, ambiente climatizado

Em 2000, começamos, primeiro o CAC, a sermos transferidos para o novo prédio dos órgãos fazendários de Cuiabá, saindo da Av. Getúlio Vargas, 490, Centro, para Av. Historiador Rubens de Mendonça, no Bosque da Saúde.

No ano de 2004, vendo a situação dos colegas do atendimento e contribuintes, eu e outra colega analista, engenheira, fizemos uma coleta de dados com servidores e contribuintes, da qual elaboramos um novo layout para a área do CAC. Mais funcional, organizado, acessível, incluía o posto de atendimento bancário, modelo que vigorou até pouco tempo, após ter sido implantado pelo delegado da época.



Marco: novo meio de acesso aos sistemas

Em 2005, recebemos o acesso aos sistemas da RFB via token. Fomos os primeiros de Mato Grosso e dos órgãos fazendários a usar este tipo de sistema de segurança, dando maior responsabilidade e proteção no desempenho dentro da instituição.

No ano de 2006, quando veio a unificação com a Receita Previdenciária, tínhamos elaborado alguns roteiros de parcelamento dentro da RFB, onde passei a atuar, que foram levados e discutidos durante treinamento que fizemos em Brasília. Já havíamos orientado muitos colegas em cursos de formação, segunda fase, dos quais fomos algumas vezes instrutores.

Nos anos de 2007 a 2010, substituí vários agentes de unidades do interior da RFB, embora isso tivesse ocorrido antes também em Sinop, Alta Floresta, Barra do Bugres, Alto Araguaia, Rondonópolis etc. Com maior frequência foram Diamantino e Mirassol D'Oeste, onde até tivemos que dar entrevistas e informações na TV local sobre a instituição RFB.

Os anos seguintes, até 2017, foram marcados por participações em operações na fronteira em Corumbá, Posto Esdras, onde tínhamos que ter a habilidade de entender e falar espanhol, sem qualquer tipo de aula ou instrução, com muitas apreensões de mercadorias em situação irregular para adentrar ao nosso país.

Em 2019, fui trabalhar com processos fiscais, onde, a pedido da supervisora da época, elaborei um roteiro/manual do ITR, que serviu de orientação para os demais colegas, em função do meu conhecimento por ser de uma região ou estado do agro e também por ter sido um dos que acompanhou e participou, em 1991, dos dados do INCRA para a RFB, para elaboração dos atuais DIAC/DIAT (Documento de Informação e Atualização Cadastral, e Documento de Informação e Apuração, ambos do ITR) e demais bancos de dados dos imóveis rurais.



Aqui e agora

Em 2020, comecei em 1º de abril com o teletrabalho na equipe de controle de processo fiscal e, no mesmo ano, fui para a ECAD – Equipe de Cadastro da 1ª RF, onde estou até hoje. Em 2025, completei 61 anos de idade, 51 de Cuiabá, 41 de RFB.

A **R**eceita **F**oi muito **B**oa

em minha vida!

O "genius loci" da Receita Federal em Manaus

João Bosco Silveira da Silva
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 1984. Atuou em diversas áreas: alfândega (aeroporto e fronteira), arrecadação de impostos, logística (unidades locais e regional) e gestão de pessoas (Superintendência e Órgão Central). Atualmente, exerce a chefia da Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho da 2ª RF.

Alguém conseguiria imaginar uma história de trabalho na Administração Tributária brasileira que tivesse origem em um tratado assinado no dia 7 de junho de 1494 no município espanhol de Tordesilhas, entre o reino de Portugal e o recém-formado reino de Espanha?

Pois bem, por conta desse tratado, a área ocupada pelo atual estado do Amazonas era de domínio espanhol, distante em muitos sentidos das terras a leste de domínio português, até que, após a União Ibérica dos dois reinos, surgiu a oportunidade de atravessar a linha do Tratado de Tordesilhas e construir o Forte de São José da Barra do Rio Negro, dando origem à cidade de Manaus.

Nos anos iniciais do Império, a tributação estava vinculada ao comércio exterior e os impostos aduaneiros eram o principal suporte financeiro do governo. Após o grito bradado às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, no ano de 1822, vem a primeira Constituição brasileira e muitos gastos, impondo a criação da Alfândega de Manaus com a abertura do rio Amazonas à navegação de todas as bandeiras e a estruturação da Província do Amazonas; não se podia dispensar a tributação patrimonial dos particulares e organizavam-se as mesas de renda.

Depois de quase 70 anos, mudanças na forma de governo e uma nova Constituição trouxeram consequências na ordem tributária e sua organização administrativa, surgindo a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (DFTN) no Amazonas. No limiar do século XX, a DFTN/AM passa a ser equiparada à de Pernambuco e a Alfândega de Manaus é elevada à categoria de primeira ordem.

A partir desse breve recorte histórico, surge na nossa crônica a ideia, o conceito de *genius loci*, uma divindade local, uma divindade de tipo intermediário que preside tudo o que ocorre em um lugar, termo utilizado pelo arquiteto italiano e teórico da Arquitetura Aldo Rossi para se referir à preocupação com o local e o entorno do terreno das suas futuras construções.

E surgem duas edificações importantes para a Administração Tributária da União na cidade de Manaus: o conjunto arquitetônico em blocos de tijolos aparentes, pré-montados, importados da Inglaterra, localizado às margens do Rio Negro, que abrigou a Alfândega (originalmente construído em 1906/1909 para funcionar como escritório geral da empresa Manáos Harbour Limited), e a sede do Ministério da Fazenda, construção considerada moderna, de 17 andares (pedra fundamental lançada em 1972).

O tempo e a complexidade das relações sociais na cidade passaram a exigir melhores e mais adequadas instalações fazendárias no final do século XX, provocando inclusive interdições judiciais nos edifícios da Alfândega e na sede do Ministério da Fazenda, pressionando a adoção de medidas para instalar as unidades da Receita Federal em imóvel mais adequado, especialmente quanto às condições de atendimento ao cidadão, que se tornava cada vez mais integrado.

No início dos anos 2000, foi doado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) um imóvel no Distrito Industrial, constituído por um terreno de 19.306,90 m², sem benfeitorias, destinado à



instalação da sede dos órgãos fazendários. Posteriormente, a União realizou a entrega de área contígua com 32.463,80 m². Totalizava mais de 50 mil metros quadrados para construção daquele que passou a ser denominado Complexo Fazendário.

O *Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA)* contemplava previsão orçamentária de centenas de milhões de reais no Plano Plurianual para o período 2004/2007. No seu âmbito, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério da Defesa – Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção, celebraram, em 2006, um Protocolo de Intenções. O objetivo era estabelecer uma sistemática de cooperação em atividades de engenharia, por meio da elaboração de projetos, execução e fiscalização técnica, obras e serviços de engenharia, a serem realizados em instalações físicas da Receita Federal.

Dois anos depois, o entrelaçamento do homem com as suas tradições, a Arquitetura dialogando com a paisagem e evidenciando condições para apropriar o espaço urbano, ligando diretamente os fundamentos socioculturais da sociedade, entra em cena a arquiteta e urbanista manauara Juliane, à época 2º Tenente do Exército Brasileiro do 2º Grupamento de Engenharia, sediado em Manaus, que mergulha no projeto e o desenvolve em conjunto com o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Fundação Ricardo Franco.

Tive a oportunidade de participar do estudo preliminar de Arquitetura com um grupo de servidores da 2ª Região Fiscal, designado nos anos 1990 em portaria do Superintendente como Grupo de Projetos e Obras, antecedendo as atuais Seções de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng) das Regiões Fiscais.

O estudo seguiu diretrizes de projeto bem específicas: construção a ser realizada de forma modulada; localização dos blocos administrativos em função do relevo do terreno; partido arquitetônico em volumetria

predominantemente horizontal e orientada no eixo leste-oeste, a fim de proteger as paredes da intensa radiação solar e aumentar a eficiência energética da edificação, expondo a fachada principal aos ventos dominantes (para os mais atentos, essa diretriz explica o não alinhamento dos prédios à rua principal).

Entre o sonho e a realidade: uma década; o empenho de muitos servidores de carreira da Receita Federal, em especial da manauara Jurcleide, presente desde o primeiro momento de adaptação do projeto inicial; os avanços e as inovações tecnológicas necessárias em função do tempo decorrido até a contratação da obra, sua execução e administração atual; por fim, a execução singular de uma obra pública, sem interrupção, sob a responsabilidade de uma empresa local.

No Distrito Industrial da cidade de Manaus, em pleno século XXI e próximo à sede da SUFRAMA (projeto de Severiano Porto, célebre "arquiteto da floresta"), o *genius loci* dividiu e confiou o tempo de projeto e de execução a duas manauaras, Juliane e Jurcleide, celebrando seu termo final no Cinquentenário da Receita Federal do Brasil, no ano de 2018, em uma agradável noite de terça-feira do mês de junho.

O caminho até o fim

Rossana Veltrini Amud
Analista Tributária

Nomeada em maio de 1991. Trabalhou em Paranaguá, Foz do Iguaçu e na Corregedoria da RFB em Curitiba. Atualmente está lotada na DIREP09 e requisitada pela Corregedoria do Ministério da Fazenda, atuando em processos disciplinares.

Outubro/2025 – Emprego novo!

Na verdade, o primeiro emprego oficial, pois os outros dois haviam sido um estágio e um trabalho em meio período que mal pagava o transporte. Mas agora era diferente: eu era concursada. Um bom cargo, estabilidade, salário digno. A década de 1990 estava se iniciando; a última do milênio...

Paranaguá ficou pequena para aqueles 33 jovens recém-aprovados que chegaram cheios de expectativas para o curso de formação, ansiosos pelas novas amizades, pela novidade de morar "na praia" e para saber como seria trabalhar em um porto.

Quanto a mim, nem me cabia de alegria. Agora eu tinha MEU emprego, MEU salário. Seria possível, finalmente, pagar minhas próprias contas – uma autonomia inédita e precoce, aos 22 anos.

Estava tão exultante que, em minha rotina na repartição, incluí uma ida ao caixa eletrônico, a poucos passos da minha mesa e, na hora do almoço, diariamente, eu imprimia um extrato. Desnecessário, claro, pois

não havia novidades na minha movimentação bancária; o dinheiro era pouco e os gastos eram módicos. Na maior parte das vezes, o papelzinho impresso da segunda era quase idêntico ao da terça, quarta, quinta e sexta. Um ritual maluco que só fazia sentido para mim, mas aplacava a minha necessidade de me sentir segura e autônoma.

Paranaguá me ensinou, aos poucos, a ser servidora pública: atender aos contribuintes no balcão, pesquisar nas longas listagens de débitos em papel, registrar Declarações de Importação na máquina manual, que perfurava os blocos de documentos com centenas de agulhas.

Um dia, ainda no primeiro ano de trabalho, presenciei um evento icônico. As outras funcionárias do meu setor estavam todas em volta de um aparelho que se parecia com um telefone grande e tinha por dentro uma bobina de papel. Juntei-me a elas quando ouvi o telefone tocar; alguém atendeu e apertou um botão verde. O aparelho fez um ruído eletrônico, a bobina girou e surgiu, em frente aos nossos olhos incrédulos, no papel que saía da máquina, um "Eu te amo" manuscrito, ao lado do desenho de um coração.

– Gente! – uma delas gritou – é a letra do meu marido!

– Como assim a letra do seu marido? Onde ele está? – perguntei, duvidando da mágica.

– No escritório dele, a alguns quilômetros daqui!

Assim, boquiaberta, testemunhei, em tempo real, a chegada do primeiro aparelho de fac-símile na então Inspetoria de Paranaguá. Para mim, transmitir documentos para longas distâncias, usando o telefone, era algo quase tão incrível quanto ver meu saldo ali na máquina do banco.

Mas isso foi no longínquo 1991...

Depois do fax, vimos a substituição dos formulários de papel por disquetes e, depois, por CDs; acompanhamos a chegada da internet, a partir do que as coisas evoluíram num ritmo (para mim) alucinante.

Mais recentemente, há pouco menos de 20 anos – quando eu já era veterana na casa – foi a vez da certificação digital. De acordo com a nova política, só seria possível "logar" em nossos computadores com a utilização de um cartão de identificação pessoal, que era inserido em um leitor. O objetivo era aumentar a segurança e preservar milhões de dados guardados por nós, sensíveis e sigilosos.

Para implementar a novidade, tivemos que nos cadastrar, apresentar cópias de documentos, fotos e comprovantes de residência. Assinamos termos de responsabilidade e, o mais difícil: tivemos que criar uma senha única e secreta. A tal senha, me disse o técnico do Serpro, deveria ter muitos caracteres e conter letras e números; não poderia ser fácil de descobrir, mas também não poderia ser anotada em lugar nenhum.

– Que coisa difícil! E se eu esquecer?

– Ah, aí tem que começar tudo de novo.

Para facilitar, no improviso, resolvi inventar algo que fizesse sentido para mim. A minha escolha de letras e números, depois de uma rápida reflexão, foi o resultado da combinação de planejamento com otimismo.

Decidi que minha senha seria um mantra: nas letras, escolhi um sonho pessoal e, nos números, a data para a realização. Assim, a cada vez que tivesse que digitar a tal senha secreta (dezenas de vezes por dia), eu repetiria mentalmente meu mantra. Sempre me disseram que repetir e verbalizar ajuda na materialização daquilo que queremos!

Infelizmente, comigo não funcionou. Vinte anos depois, estou aqui, ainda digitando o tal mantra dezenas de vezes por dia e me recordando que meu sonho, um dia manifestado e datado, não aconteceu.



Tudo bem, e podem perguntar: por que não mudei a senha? Primeiramente, porque tenho a certeza de que vou esquecer a nova combinação já no dia seguinte; também porque creio que, de uma forma meio patológica, me apeguei àquela pessoa que criou o mantra – uma sonhadora que vive na senha. Por fim, porque daqui a três meses, depois de 36 anos de serviço, meu caminho na RFB vai chegar ao fim, e não vou mais precisar da senha.

Estou ansiosa por isso? Certamente que não; a aposentadoria me deixa repleta de incertezas e inseguranças. Por outro lado, reconheço que está na hora de dar meu lugar às novas cabeças. É a vez da juventude e de sua "empolgação imatura", "certezas sólidas", de seu "total descaso" pelos métodos testados e comprovados pelos mais antigos.

Confesso que a energia jovem às vezes me irrita um pouco e, não raro, viro meus olhos e bufo ao presenciar um recém-chegado expondo de forma empolgada as suas ideias inexequíveis. Mas, intimamente, sei que essas mentes frescas são oxigênio puro, tão essencial para as revoluções e o progresso. É a vez deles; eu aceito que atualmente sou apenas mais uma dinossaura na repartição. Tornei-me aquela senhora carrancuda e mal-humorada que reclama da temperatura do ar-condicionado.

Hoje, olho para trás com saudades. Saudades da menina que imprimia os extratos, da mocinha que duvidou do fax, da mulher que teve a audácia de colocar um sonho na própria senha.

Para frente, olho com otimismo, certa de que esse fim não é o fim.

E agora? Agora é escolher um novo sonho, um novo mantra e estabelecer a data (para logo ali), porque aqui é só o começo!



Quando a solidariedade ganha voz e rosto

Diego Araújo Melo
Assistente Técnico-Administrativo

Natural de Monte Azul/MG, graduado em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros e especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera Uniderp. Ingressou no serviço público em 2010, como Assistente Técnico-Administrativo do Ministério da Fazenda. Atuou no Serviço de Licitação da Gerência de Administração em Belo Horizonte e, posteriormente, na Delegacia da Receita Federal em Montes Claros. Atualmente, exerce as funções de cerimonialista e chefe de gabinete da Superintendência da 6ª Região Fiscal.

Há dias em que o trabalho na Receita Federal vai muito além das planilhas, dos números e das rotinas administrativas. Dias em que a gente sente, de verdade, o significado da palavra cidadania.

Foi assim que vivi alguns dos momentos mais marcantes deste ano aqui na Superintendência da Receita Federal em Minas Gerais – momentos em que a técnica deu lugar à emoção e o dever se transformou em gesto solidário.

Durante todo o ano, a equipe de logística se dedica, silenciosamente, a promover destinações que representam muito para quem recebe. Ainda assim, há ocasiões em que o trabalho ganha um brilho diferente – quando dezenas de mãos e corações se unem para fazer o bem em grande escala.

No dia 11 de abril, participei, como cerimonialista, de uma dessas experiências que a gente leva para a vida. Aderimos à diretiva nacional da Coordenação-Geral de Programação e Logística e realizamos, em Belo

Horizonte, o evento que marcou a Ação Nacional de Doação Solidária de Mercadorias Apreendidas.

O auditório, no 8.º andar da Superintendência, estava cheio de gente boa – servidores, parceiros e representantes de entidades que dedicam seus dias a ajudar quem mais precisa. Reservamos um espaço com uma pequena amostra das doações: *smartphones*, eletroeletrônicos, utensílios domésticos e *TV Boxes* transformados em microcomputadores. Mas o que mais me marcou não foram os objetos. Foi o olhar emocionado de quem os receberia.

Treze entidades filantrópicas, quatro municípios e uma universidade foram contemplados, somando R$ 1,5 milhão em mercadorias. E quando um caminhão, avaliado em R$ 250 mil, foi destinado à Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer, o silêncio tomou conta da sala – logo rompido por aplausos calorosos e sorrisos largos.

Ver a representante da associação com o rosto tomado por gratidão e fé, segurando as chaves, foi uma das imagens mais bonitas que já vivi no trabalho. Poucos meses depois, em 5 de agosto, vivi outro momento inesquecível. O prédio da Alfândega da Receita Federal no Aeroporto de Confins amanheceu em clima de celebração. Era uma solenidade especial: marcava os primeiros 150 dias de gestão dos novos Superintendentes e também a maior destinação já realizada pela Receita Federal em Minas Gerais.

Foram R$ 11 milhões em mercadorias destinadas a órgãos parceiros – Forças Armadas, Forças de Segurança e diversas organizações sociais, entre elas as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de diferentes cidades. Houve discursos, aplausos e depoimentos que nos tocaram profundamente. Naquele instante, percebi o quanto o nosso trabalho tem o poder de transformar o que um dia foi apreendido em algo que devolve dignidade, estrutura e esperança a tantas pessoas.



Esses dias me lembraram por que escolhi ser servidor público: para fazer o bem. E a Receita Federal me proporciona um ambiente favorável para isso. Entendi que, no fundo, cidadania fiscal é transformar o rigor da lei em justiça social; o que seria descartado, em dignidade; e as mercadorias, em sorrisos.

Quando deixei o auditório naquele 5 de agosto, um pouco cansado dos afazeres do evento, carregava comigo a certeza de que o nosso trabalho – o de cada servidor e servidora – tem alma. E é essa alma que faz da Receita Federal uma instituição viva, presente e essencial para o Brasil que acreditamos construir, todos os dias.

Fazer o bem faz bem.



Servidor cidadão

Valmir Paulino Benício
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal através do concurso para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional (atual Analista Tributário), sendo nomeado em 1991. Formado em Administração com ênfase em Comércio Exterior e em Direito. Possui Pós-graduação em Direito Tributário. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 e 20 anos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas/MG em 2008 e 2018. Atualmente, é o Chefe da Agência da Receita Federal em São Sebastião do Paraíso/MG.

Considerando o tema proposto para esta edição do concurso, segue um exemplo de servidor que, no decorrer de sua trajetória, foi se engajando gradativamente nas diversas atividades da RFB, até finalmente se tornar um dos agentes disseminadores dos valores e missão institucionais, participando ativamente das ações de Cidadania.

Esse servidor iniciou sua carreira sem maiores pretensões. Cursava Direito e viu colegas comentando, animadamente, sobre um novo concurso. Tratava-se do concurso para Técnico do Tesouro Nacional (TTN), de 1989. Os colegas o incentivaram a se inscrever.

Dois anos depois, ele – ao contrário dos demais colegas – foi classificado para o curso de formação. Após a aprovação, exerceu suas primeiras atividades na Alfândega de Cumbica, no Aeroporto Internacional de São Paulo.

Começou em uma atividade que estaria sempre presente em sua carreira: o atendimento ao público – naquela ocasião, voltado aos

despachantes aduaneiros e importadores. Assim, ainda em 1991, foi transferido para a recém-inaugurada Delegacia de São Bernardo do Campo, em São Paulo, cidade onde residia (atualmente ARF/SBC, vinculada à DRF/Santo André). Foi nessa unidade que começou a despertar sua aspiração pela proximidade com o público.

A partir daí, vieram os primeiros eventos – técnicos ou esportivos – e a aproximação com outros órgãos governamentais, como a Prefeitura e o INSS, bem como com órgãos representativos da classe contábil. Nessa fase, chegou a tentar organizar um espaço de acolhimento para as crianças dos servidores e um projeto de inserção educacional para os terceirizados mais carentes da unidade.

A próxima etapa, já em 2004, aconteceria em Minas Gerais, com o início dos trabalhos na então DRF/Poços de Caldas. Foi um período repleto de eventos e iniciativas diversas:

- 2008/2009/2010: Palestras informativas para contadores em Poços de Caldas;

- 2009: Palestra para o público em geral em Campestre/MG.

Coordenou a participação dos servidores da Delegacia nos Jogos da OLIMTRA (jogos esportivos patrocinados pela Prefeitura local). Posteriormente, organizou os Jogos Fazendários, uma versão esportiva voltada aos colegas da Unidade.

Ainda em Poços de Caldas, promoveu a palestra que ficou conhecida na cidade como MEGAEVENTO, pois foi a primeira vez que representantes dos principais órgãos de atendimento ao contribuinte – Prefeitura, Receita Estadual, Receita Federal, INSS e PGFN – estiveram reunidos em um único evento.

Participou também de seu primeiro grupo de colaboração interna, o mutirão do REDARF, serviço então com acúmulo de demandas.

Em 2010, iniciou sua atuação em São Sebastião do Paraíso (sudoeste de Minas), onde há uma Agência, então vinculada à DRF/Poços de Caldas (atual ARF/PCS, ambas agora vinculadas à DRF/Varginha).

No período de 2010, 2011 e 2013, realizou diversas palestras informativas para contadores e para o público em geral da cidade.

A convite do SEBRAE, participou de ações de incentivo à formalização de pequenos negócios (MEI), com atividades durante o mês do Empreendedor Individual, incluindo entrevistas em rádios e TVs locais. Participou ainda de ação de Cidadania em praça pública, com atendimento e tira-dúvidas sobre o MEI e os serviços da RFB.

Em 2010, organizou a OLIMF – Olimpíada dos Servidores do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, considerado o evento mais desafiador. Também organizou os Jogos do Servidor no município em 2011, 2012 e 2014, com arrecadação de alimentos para entidades assistenciais.

Em 2017, foi requisitado novamente para Poços de Caldas. Foi quando ganhou o apelido de "Servidor Coringa", pela sua versatilidade nas atividades: atendente, chefe de atendimento, organizador de eventos e até mestre de cerimônias.

Elaborou a edição especial da Revista Comemorativa de 10 e 20 anos da DRF/Poços de Caldas (2008 e 2018) e colaborou na organização do evento de posse do novo Delegado naquele ano.

Por falar em edição, o servidor teve textos selecionados para todas as edições do concurso *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil* desde 2010. Em 2013, ficou em 2º lugar com o texto “Unificação dos Fiscos”, premiado na 4ª edição do concurso.

Em 2018, foi designado como Chefe da Agência de Guaxupé, na época também ligada à DRF/Poços de Caldas.



Nesse período, teve a oportunidade de participar de outros importantes grupos de colaboração:

- Participou do Projeto CAC-TOP, contribuindo com sua experiência em Brasília;

- Atuou na força-tarefa de reforço da equipe de Aduana no Galeão/RJ durante a Copa e Olimpíadas;

- Engajou-se em ações para promoção da destinação do IR para o FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e Fundo do Idoso.

Foi nesse período que realizou seu primeiro encontro de representantes da comunidade para tratar de ações em prol do incremento das arrecadações aos Fundos, além de acompanhamento das efetivas destinações dos recursos para Projetos Sociais.

Em um dos eventos, conseguiu reunir representantes do Ministério Público, da Câmara de Vereadores e de entidades assistenciais, além de colegas que também atuam como disseminadores.

Graças às ações contínuas, Guaxupé e São Sebastião do Paraíso se tornaram referências no estado de Minas Gerais em volume de destinações aos Fundos, com destaque em 2024 e 2025.

Passou a integrar o Grupo de Cidadania da DRF/Varginha, que, entre outras atividades, promoveu o importante projeto *CIDADANIA EM MOVIMENTO*, uma revolução no relacionamento entre a RFB e as Prefeituras, já adotado por várias Regiões Fiscais.

***

Fase Atual (2023–2025)

Em 2023, retornou a São Sebastião do Paraíso como chefe da Agência. Esta fase tem sido marcada por reconhecimento e novas iniciativas:

Destaques de 2024:

- Recebeu certificado de agradecimento do Rotary Club por viabilizar parceria com a Receita para organizar a destinação de aproximadamente ½ tonelada de roupas para as entidades assistenciais da cidade;

- Recebeu certificado de reconhecimento de desempenho da Receita Federal;

- Foi homenageado como Amigo do Tiro de Guerra, por ações de cooperação;

- Ganhou o prêmio Fiz de Propósito pela ideia de criar uma coluna de jornal periódica com informações de interesse geral;

- Coordenou o Projeto de Implantação de Atendimento em Libras nas unidades da RFB do Sul de Minas, promovendo inclusão social;

- Em parceria com o SEBRAE e a Faculdade Libertas, coordenou uma nova palestra sobre MEI para cidadãos da cidade.

Em 2024, e novamente em 2025, foi reconhecido pelas ações voltadas à destinação do Imposto de Renda ao FIA, contribuindo para o fortalecimento das instituições assistenciais locais.

Recentemente, foi indicado por vereadores da cidade, ao título de Cidadão Honorário de São Sebastião do Paraíso, pelo trabalho realizado em prol da comunidade e da sociedade.



Atualmente, segue como chefe da Agência da RFB em São Sebastião do Paraíso. E o SERVIDOR CORINGA continua pronto para colaborar em mutirões e projetos da Instituição.

Nunca perde a chance de transmitir a importância das ações de Cidadania para colegas, amigos e familiares.

E continua sendo um dos agentes disseminadores e agregadores da Casa.

***

Ah, sim... o nome dele?

Ele se chama Valmir Paulino Benício, da Receita Federal do Brasil.

O Valmir da Receita.

Trabalho na Ilha do Bananal

Sylvia Jeanne Polidório Filgueira
Técnica do Seguro Social

Ingressou na Receita Federal em 2007, com a fusão das receitas, sendo redistribuída do INSS. Atualmente está lotada no CAC Palmas/TO, atuando também na Ouvidoria da RFB.

O ano era 2023, mais especificamente no período de 29/07 a 05/08. A DRF Palmas, em parceria com o TRE/TO, realizou atendimentos em aldeias indígenas na Ilha do Bananal, que é a maior ilha genuinamente fluvial do mundo, com cerca de vinte mil quilômetros quadrados de área, cercada pelos rios Araguaia e Javaés, localizada no Tocantins.

Quando perguntaram se eu teria interesse em participar do evento, nem pensei duas vezes: de pronto, já aceitei o desafio. Não tinha ideia de como seria esse trabalho nas aldeias.

Saímos de Palmas no sábado cedo, pois teríamos que cruzar a Ilha. Até aí tudo bem, só não sabia que esse trajeto seria uma verdadeira aventura, pois teríamos que atravessar os rios por dentro da água mesmo (não há ponte nem balsas para realizar a travessia dos veículos).

Os indígenas marcam os lugares no rio com menos água e lá fomos nós. Sorte a nossa que o motorista era corajoso e conseguimos atravessar o primeiro desafio. O segundo foi rodar o dia inteiro, como se fosse um "*rally*". Teve colega que passou mal devido à queda de pressão (rsrsrs); até brincamos que "menino criado com vó" dá nisso.

Ao final do dia, chegamos à divisa do Tocantins com Mato Grosso, pois iríamos ficar por três dias na cidade de Santa Terezinha/MT. No domingo, fomos à aldeia para organizar o local de trabalho, que começaria na segunda-feira.

Chegamos em comboio (TRE/TO, SSP/TO, Receita Federal/TO e demais órgãos parceiros) e foi o acontecimento.

Fizemos o trabalho nas aldeias Fontoura, Santa Isabel e Macaúba, com mais de 350 atendimentos de inscrições, alterações e emissão de segunda via de CPF para os povos originários da Ilha do Bananal.

Os três dias de atendimento foram árduos, porém muito gratificantes, ao ver a satisfação dos indígenas em ter seu CPF em mãos. Fizemos um trabalho que considero espetacular, pois não tínhamos nenhum conforto, tais como cadeiras confortáveis ou ar-condicionado.

Imagine você atender em aldeias com pouca infraestrutura. Os banheiros eram precários, e tínhamos que maneirar na água para racionar o uso.

Considero uma atitude importante, pois levamos cidadania e inclusão social para uma parcela da população que muitas vezes é esquecida pela sociedade e pelos governantes. A Receita Federal foi parceira em outras ações, juntamente com o TRE, em quase todas as aldeias do Tocantins.

Uma decisão complicada

Márcia Inês Gurski de Lima
Analista Tributária

Ingressou nos quadros da Receita Federal em 1995, desempenhando suas atividades na área aduaneira por 16 anos. Atuou ainda na área de licitações e contratos por uma década. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formada pela PUC-RS - Campus Uruguaiana; e pós-graduada especialista em Direito Tributário e Aduaneiro pela PUC-Minas. Atualmente está lotada na Alfândega de Uruguaiana, onde é chefe da Seção de Gestão de Pessoas.

Trabalho há trinta anos na Alfândega de Uruguaiana. Inicialmente, atuei na área aduaneira e depois na logística. Em 2022, passei a desempenhar minhas atividades na gestão de pessoas. Fui designada para trabalhar com aposentadorias, algo bem diferente do que estive fazendo até então, e posso dizer que um novo universo se abriu para mim, pois o público-alvo dessa atividade são os nossos próprios colegas, no final da carreira profissional.

São raros os casos de servidores que, no dia em que completam os requisitos para aposentadoria, já solicitam o benefício. Muitos até aguardam ansiosos, contam os dias para dar um novo rumo às suas vidas; porém, quando adquirem o direito, começam a repensar suas escolhas e a maioria decide continuar trabalhando por muitos anos, pensando qual o melhor momento para se desligar de suas atividades profissionais. É claro que essa regra, como todas as outras, tem exceções, e sempre há aqueles que não querem ficar nenhum minuto a mais, mas, como mencionei, são poucos.



Para mim, ainda faltam muitos anos para completar os requisitos para obtenção da aposentadoria, mas fico imaginando o que passa pela cabeça dos servidores que estão vivenciando isso. Muitos passaram a maior parte de suas vidas dentro da Receita Federal. Eu arriscaria dizer que alguns consideram o local de trabalho um segundo lar, pois passamos oito horas do nosso dia trabalhando, dividimos com os colegas nosso cotidiano, inquietações e alegrias.

Trabalhando há bastante tempo no serviço público, pude observar que, no passado, o pedido de aposentadoria se dava de forma serena: os servidores completavam os requisitos necessários e, quando entendiam ser o momento certo, faziam sua solicitação e logo iniciavam o desfrute da tão sonhada aposentadoria. Tempos atrás, a condição de servidor público era sinônimo de ter uma aposentadoria estável e uma terceira idade tranquila, financeiramente.

Porém, nos dias de hoje, o processo de aposentadoria não tem sido tão sereno assim. Os servidores, quando fazem o pedido, enfrentam uma série de dúvidas e incertezas, pois existem inúmeras possibilidades de fundamentos legais para embasar a solicitação, e a opção escolhida influenciará diretamente nos proventos que receberão pelo resto de suas vidas.

Num breve resumo, podemos dizer que os servidores que ingressaram no serviço público antes de 2003 podem decidir entre se aposentar com paridade e ter seus proventos corrigidos quando houver a concessão de aumento para os servidores da ativa, ou optar pela média das remunerações, que será reajustada anualmente por um índice. Aqui já começam as indagações e reflexões, entre elas podemos citar:

- Qual seria o melhor fundamento?

- No futuro, os reajustes incidirão sobre o vencimento básico ou este ficará estagnado no tempo?



- As recomposições salariais dos servidores da ativa serão concedidas apenas em rubricas que não contemplam os aposentados, como auxílio-alimentação e gratificações?

Além disso, ocasionalmente, reabre-se a possibilidade de migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC), no qual o servidor pode optar por se aposentar pelo chamado teto do INSS. Recebe, assim, uma indenização mensal como compensação pelo período em que contribuiu para a previdência social acima do teto do INSS, denominada Benefício Especial. O ato de migrar para o RPC é mais uma questão que aflige muitos servidores, pois não temos acesso ao valor exato do benefício, que será calculado apenas no momento da aposentadoria.

Independentemente da área de atuação dentro da Receita Federal, todos os servidores que ingressaram no serviço público antes da implementação do RPC, quase que inevitavelmente, passarão por esse momento, precisarão analisar as inúmeras possibilidades e terão que decidir qual embasamento legal irá fundamentar seu último ato na Casa: o almejado pedido de aposentadoria.

Na busca de uma solução para essa questão tão difícil e relevante, grande parte dos servidores estuda, cria grupos de discussão, troca informações, realiza cálculos e simulações. Tudo isso no intuito de determinar qual situação é mais favorável para o seu caso concreto, ou qual a condição "menos ruim" – como diriam muitos.

A aposentadoria é um momento ímpar na vida de qualquer pessoa, no qual ocorre uma passagem impactante para uma nova fase. Hoje, os servidores aptos à aposentadoria, além de ter que lidar com toda a carga psicológica que a aposentadoria, por si só, traz consigo, ainda precisam ficar atentos a essas preocupações adicionais. Em paralelo, alguns também enfrentam problemas relacionados à sua saúde ou à de seus familiares.

As diversas possibilidades de escolha para o servidor geram muita angústia. A maioria se sente perdida diante de tantos fundamentos, num



panorama de incertezas, tendo que fazer uma opção e torcendo para que seja a mais acertada possível. Assim, o que deveria ser um momento tranquilo e aprazível tornou-se um tormento para muitos.

Esse tema é tão presente na vida dos atuais servidores que circunda os bastidores das reuniões de qualquer área de trabalho na Receita Federal e, reiteradamente, é mencionado nas *lives* promovidas pela gestão de pessoas.

Já ouvi relatos de servidores que dormem mal à noite, se sentem ansiosos, preocupados. Também já presenciei olhares apreensivos, muitas vezes emocionados, buscando esclarecimentos e perspectivas positivas diante das circunstâncias. Infelizmente, não há como prever o futuro com razoável certeza; apenas criam-se cenários prováveis. E a gestão de pessoas não pode influenciar os servidores nas suas decisões, apenas esclarecer dúvidas com base em informações palpáveis disponíveis, mas sem fazer indicações ou projeções futuristas.

Importante destacar que a situação relatada aqui é transitória, isso porque os servidores que ingressaram no serviço público após 2013 terão seus proventos limitados ao teto do INSS, podendo optar pelo RPC em complementação. Assim, quando chegar o momento de solicitarem a aposentadoria, não terão que enfrentar esse tipo de dúvida, pois a regra já está estabelecida no momento do ingresso.

Logo, percebo que estamos vivenciando um momento único, uma fase de transição no que se refere à aposentadoria no serviço público. Daqui a alguns anos, esse assunto será esquecido. As futuras gerações de servidores provavelmente não saberão do que se trata paridade, integralidade e migração para o RPC, temas tão discutidos e que geram tanta ansiedade hoje.

Por isso, considero importante esse registro, que é mais um capítulo da nossa história. Embora não seja um tema afeto à atividade-fim da Receita Federal, é um assunto que aflige os atuais servidores da Casa, aptos



a pedir a aposentadoria. Colegas de trabalho que merecem apoio e reconhecimento, pois muitos dedicaram a sua vida à atuação profissional, de maneira competente, contribuindo para a construção do que a Receita Federal é hoje: um órgão que busca “exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

Eu e toda a equipe de trabalho da qual faço parte ficamos felizes em colaborar, esclarecer dúvidas e atender da melhor forma possível os colegas, para que possam decidir, em meio a tantas incertezas, com o máximo de informações disponíveis. Torço para que esses servidores façam uma boa opção e que, após terem cumprido sua missão profissional, possam desfrutar com satisfação a merecida aposentadoria, aproveitando os prazeres que a melhor idade oferece.



Uma história na fronteira do Paraguai

Mirtes de Fátima Santos
Analista Tributária

Ingressou na Receita Federal em 1993. Atuou no Atendimento, já tendo participado de operações aduaneiras. Foi chefe do CAC - Centro de Atendimento ao Contribuinte por dez anos na DRF/Sorocaba/SP, onde atualmente está lotada e em exercício. Atua ainda na Assessoria de Comunicação do Gabinete da mesma unidade.

São sete horas, manhã gelada em Foz do Iguaçu. Depois de mais de 25 anos na Receita Federal, finalmente estou tendo a oportunidade de participar de uma operação na fronteira. Era um sonho antigo. Já estive em operações nas estradas, de madrugada. Um desafio! Sempre fui, e todas as vezes saí com o sentimento de dever cumprido!

Mais cedo, vindos de toda parte do país, vários colegas e eu estávamos reunidos na Alfândega, recebendo as devidas orientações para realização dos trabalhos na Praça do Pedágio de São Miguel do Iguaçu, rodovia BR-277, que terá a duração de quinze dias.

Somos muitos – não sei precisar quantos éramos na ocasião – a postos para o início dessa operação. Todo mundo uniformizado. Caprichei ainda mais, pois estou com meu crachá e boné também! Assim, todos juntos, num trabalho que nos engrandece, dá um orgulho danado de fazer parte desta Casa!

Notei uma coisa interessante: acho que os demais colegas esqueceram de se identificar para os contribuintes. Só eu de crachá? Sempre trabalhei no atendimento ao público, penso que nossa identificação deva ser imprescindível. Mas vá que aqui não seja assim tão relevante esse assunto... Creio eu que deveria ser, mas nada comento. Enfim.

Meu período na Operação Muralha será de duas semanas, mas há colegas que ficarão mais tempo, embora seja bem cansativo ficar em pé por tanto tempo e sempre em movimento. No meu turno, doze horas por dia, sempre disposta, faça chuva ou faça sol, lá estou eu erguendo o bracinho e acenando para que os carros encostem para serem vistoriados.

Naquele período, estava em curso um congresso de magistrados. Eu não fazia ideia do porquê de tantos veículos sedãs pretos. Vinham pesados, bem baixos, eu parava todos. Até que um deles, ao ser abordado por mim, disse-me que eram juízes e retornavam de um congresso em Foz. Observei que sempre vinham com o carro lotado, viajavam juntos.

Nas minhas abordagens, sempre usava o mesmo argumento:

– Bom dia, senhor! Estamos realizando uma operação padrão. Por favor, preciso que o senhor desça do veículo e as pessoas que nele se encontrem também. É um trabalho de rotina.

A maioria das pessoas desce do veículo, incomodadas; mas os togados, não. Antes de descerem, esticavam o braço para mim mostrando a carteirinha de juiz, e eu acenava muito delicadamente para que eles descessem. E eles sorriam para mim, desciam e me diziam, cheios de simpatia:

– Que bacana esse trabalho de vocês! Parabéns!

Nessa hora eu era só felicidade! Haja orgulho por pertencer aos quadros da Receita Federal.



E durante todo o expediente, embaixo de uma tenda enorme com várias mesas, estávamos nós a revirar malas e sacolas com todo tipo de bagagem e tranqueiras importadas e contrabandeadas. Haja mulas! E nós recolhíamos tudo quando percebíamos que ali estavam, infelizmente, pessoas humildes, tentando ganhar um dinheirinho, mas usadas por grandes contrabandistas. As regras são bem claras: mercadorias irregulares não seguem seu destino, param em nós!

Finda a primeira semana. É meu dia de folga. O que fazer? Nunca tinha ido à Foz. Soube que há lugares lindos para serem visitados. Sou do tipo que não me importo em sair só, mas saio se tiver certeza dos locais aonde irei, que em geral me são conhecidos. Mas sozinha num outro estado? Pintou um certo desânimo..., mas temporário. A possibilidade de adquirir alguma bugiganga importada fez o receio desaparecer. Acho que vou cruzar a fronteira e conhecer o Paraguai. Chamo um táxi e lá vou eu.

A ideia que tinha da Feira do Paraguai em Ciudad del Este, logo após a Ponte da Amizade, era de um lugar cheio de lojas bonitas, com muitas cores, pessoas bem-vestidas, cheias de sacolas indo e vindo, ruas muito limpas e floridas, bares com músicas alegres. Alguma coisa parecida com o distrito de Monte Verde, na cidade mineira de Camanducaia, Serra da Mantiqueira.

Qual não foi minha surpresa quando me deparei com um quadro confuso: calçadas abarrotadas de barracas cobertas com lonas pretas em frente às lojas, pessoas se apertando num curtíssimo espaço entre as barracas e o passeio, um odor "difícil" de suor, para não dizer desagradável, de banhos vencidos misturado com fragrâncias de perfumes duvidosos e fortes, daqueles de arder as narinas, e um certo empurra-empurra. Fiquei aflita. Minha ideia da cidade era outra! Perdi o gosto de querer comprar qualquer coisa. Tinha andado uns bons cem metros e já queria sair dali correndo. Pesquisar lojinhas e achar alguma coisa interessante para comprar? Nem pensar! Hora de voltar para o hotel.



Descendo a ladeira, passando por um desses comércios que quase espalham seus produtos pelo caminho, concorrendo com as barracas e atrapalhando o trânsito dos passantes, por pouco não tropeço em umas malas por ali expostas. Vai daí que uma delas chamou-me a atenção: preta, de um couro brilhante – ou parecia ser couro – com um detalhe muito bonito na lateral. Parei. Consultei o vendedor, que me garantiu que era couro legítimo, palavras dele. Feliz, comprei e saí puxando pelas rodinhas o produto da minha aquisição, rua abaixo.

De repente, a "ficha caiu": como voltar ao hotel com essa mala? Pego um táxi novamente? Meu espanhol é insuficiente. E, se bem me lembro, fui alertada para ter cuidado com os motoristas locais, pois sabendo que eu não era paraguaia poderia facilmente ser enrolada. Então... táxi mesmo? Melhor não! Ônibus, talvez? Quão desconfortável será entrar num coletivo com essa mala grande? Quer saber? – pensava eu com meus botões – vou pegar uma van. Estou bem perto da Ponte da Amizade, que mal pode haver?

E assim, entro num desses transportes coletivos, tipo micro-ônibus, nada confortáveis, mas por pouquíssimo tempo, tudo bem. Um motorista paraguaio educadamente pegou minha mala e a colocou no fundo do veículo. Estou tranquila... e não parava de entrar gente, até que entrou um que me reconheceu.

Uai! Fiquei surpresa! É a minha primeira vez no Paraguai! Como assim? Pergunto a ele como ele me conhece e de onde? Simplesmente, ele leu meu nome no crachá e eu havia tirado toda a mercadoria dele lá na Praça do Pedágio, como é conhecido o Pedágio de São Miguel do Iguaçu.

Na maior inocência do mundo, sem qualquer noção de que eu estava numa van lotada de "mulas", com muita naturalidade, resolvi dar uma aula de cidadania fiscal ao rapazinho brasileiro. E a viagem inteira estou a explicar a importância de protegermos os cidadãos de mercadorias falsificadas, de se proteger a indústria brasileira que, com uma



concorrência desleal, com produtos baratos e sem qualidade, acaba por quebrar empresas no Brasil que, deixando de produzir, desemprega muitos trabalhadores e coisa e tal.

Ele me ouvia quieto e atento até descer. E desceu. E todos já haviam descido... faltava somente eu!

Que viagem comprida! Pensei que era mais perto... Não me lembro de ter passado por essa estrada de terra. Não estou gostando do olhar desse motorista pelo retrovisor. Nossa! Já estou nessa van há quanto tempo? Perdi a noção enquanto, empolgada, comentava todas as faces negativas do contrabando de mercadorias.

De repente, não mais que de repente, percebi a falha! Agora, sim, dei-me conta da minha falta total de noção: havia falado demais em lugar errado.

E agora? Quais seriam as intenções desse condutor? Outrora tão educado, agora com um semblante assustador, expressão de arrepiar! Morri, pensei. É o que se diz na gíria: "agora ferrei-me de verdade"!

E o meu destino nunca chegava... Depois de tanto rodar por umas estradinhas de terra, eis-me de volta à cidade.

Alívio total. Fui deixada num ponto de parada.

De volta ao hotel, minhas pernas não respondiam direito aos comandos; tremiam tanto que mal conseguia manter-me em pé! O recepcionista, moço sempre gentil, percebendo meu olhar amedrontado, logo veio em meu socorro. Afinal, sempre chego esbanjando alegria e simpatia.

– Dona Mirtes, a senhora está bem? Parece pálida!

– Vou ficar bem, João, obrigada! – respondi.



E imediatamente entrei no quarto, respirei fundo e fui direto para uma ducha, para acalmar minhas pernas, meu queixo e meus nervos. Estava à flor da pele!

Guardei a história para mim, com receio de ser mal compreendida pelos colegas. Mas alguns dias depois, resolvi passar adiante a minha tragicômica aventura.

Assim, durante um almoço que reunia, numa mesa comprida, vários colegas, comecei a narrar a experiência vivida.

Eu, numa das pontas, contava com pormenores a primeira visita ao Paraguai, e do outro lado da mesa um dos rapazes, ouvindo, gritou de lá:

– Então você é a Mirtes?

Uai! – pensei – estou ficando famosa (risos), mais um que me conhece! E, rindo um riso desconcertante, acenei afirmativamente:

– Sim, sou eu!

No que ele alegremente falou, em tom debochado:

– A Ponte da Amizade já conhece a sua história! – e riu abertamente.

– Hein? Como assim? Eu ainda não havia comentado com ninguém!

– Ah... as mulas contaram em tom de chacota para todo mundo o que fizeram contigo, que te levaram para dar uma voltinha pelo Paraguai!

Olha o tremor voltando às pernas!

Como é que pode? E todos riram! Ficou a lição: em operação externa, sempre evitar crachás!

Sendo representante da equipe de Cidadania Fiscal, entendo que falar do assunto é sempre bem-vindo, principalmente nas escolas, nas lojas. Sempre dou uma aulinha sobre a importância do vendedor me entregar a nota fiscal. E aí, senão me entregar, a loja cai!

Pois é! Mas aulas têm hora e lugar! E, ainda por cima, não bastasse tudo, o couro da mala era falso! (risos)

Histórias que ficarão na memória dos que ouviram e que levarei aos meus netos quando me aposentar no ano que vem!



Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Primeiro Lugar

Motivando a inclusão da Cidadania Fiscal na extensão universitária

Honorino José Gonçalves
Auditor-Fiscal

Ingressou na Receita Federal em 1995. Pós-graduado em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior (UCB - Universidade Católica de Brasília); Pós-graduado em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil – UNISOCIESC; Pós-graduado em Direito Tributário pela UNISUL. Ocupou as funções de Assistente (2007 a 2011) e de Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (2011 a 2014). Exerceu o cargo em comissão de Delegado da Receita Federal em Joinville/SC (2014-2022). Atualmente, exerce a função Delegado Adjunto na mesma DRF.

Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Motivando a inclusão da Cidadania Fiscal na extensão universitária

Construir uma sociedade solidária,
Inclusão na Extensão Universitária,
Cidadania Fiscal da Receita Federal,
Criada a norma no seu aspecto geral,
Resolução nº 7 do Ministério da Educação,
Curricularização em cursos de extensão.

Planos de Desenvolvimento Institucionais,
Projetos das entidades educacionais,
Projeto é uma ação determinada,
Programa é ação continuada,
Projetos, Programas, Cursos e Oficinas,
Eventos, Prestação de Serviços e outras disciplinas!

É a Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil,
Auxiliando o sistema estudantil,
Cursos e Oficinas, capacitação ou atividade prática,
Dentro da melhor didática,
Eventos, atividades pontuais de impacto externo,
Que podem também ter resultado interno!



A Receita Federal nesse movimento de colaboração,
Em cumprimento da Resolução,
Cidadania Fiscal como Extensão
Nos cursos de graduação,
Conscientização sobre a função social do tributo,
Pode-se dizer: conceito absoluto!

Realizamos reuniões em cinco universidades,
Para tratar de variedades,
Incluída a Extensão Universitária,
Abordagem necessária,
Era o nosso ponto de planejamento,
Como principal elemento!

Convencer as instituições de ensino,
O qual eu defino
Como prioridade constitucional,
A Cidadania Fiscal
Da Receita Federal,
Estímulo à participação social!

Interação entre comunidade acadêmica com a coletividade,
É uma grande oportunidade
Para ampliar o conhecimento
E para o desenvolvimento
Do estudante universitário,
Que não é solitário, mas sim, solidário!

Os temas dos cursos de extensão em Cidadania Fiscal:
Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal;
Eu Sou Cidadão Solidário e Destinação do Imposto de Renda,
Para que a sociedade aprenda;
Organização da Sociedade Civil, dentre outros temas,
Que envolvem até os ecossistemas!

Na extensão universitária, há atividades de disseminação
Para estudantes dos ensinos médio e fundamental, com ações de interação,
Palestras, seminários, exposições, dentre outras ações,
Para que os estudantes tenham noções
De tributação e conheçam
Toda a dinâmica e assim cresçam!

Esclarecemos às universidades,
Que há variedades
De cursos de graduação,
Inclusive de Comunicação,
Direito e Economia,
Pedagogia e Sociologia!

É muita coisa para relatar,
Seria preciso um livro para destacar
A importância da Cidadania Fiscal
Da Receita Federal
Na Extensão Universitária,
Resumida de forma literária!

Segundo Lugar

DESAFO(U)RO

Cléber Marcelo Fernandes Caetano
Auditor-Fiscal

Ingressou na Receita Federal do Brasil em 1993, tendo atuado nas equipes de despacho de importação, trânsito aduaneiro e Nurep Atlântico. Chefe substituto da Equipe de despacho de exportação da Alfândega do Porto de Santos.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Desafo(u)ro

Me esmero para que o conto,
Que, em versos, trago pronto,
Feito um gole de aguardente,
Possa agir em tua mente,
Germinando, a meu convite,
Da leitura, teu – honroso – apetite.

Impossível é um conceito
Que, para o cais, não leva jeito.
Mas se tu ainda duvidas,
Para tudo e a prosa finda.
Te entranhas nessa história
Cuja trama me apavora:



I – PROSPECÇÃO

Porto de Santos-SP, dezembro de 2024

Se o lembrar cá não me falha,
Ao além-mar torrão de Itália,
Exportação de carvão ativado
Era, então, o que estava declarado.
Aduaneiro em viço, à luz desconfia:
– Que isso! Credo em cruz, Ave Maria!

O auditor bastante arisco,
Calculou avante o risco:
– Esse trem tá muito estranho!
– Eu, contudo, não me assanho.
– Cessa a gula e o alvoroço,
– Nesse angu vai ter caroço!

Preferiu jogar com as brancas
E fingiu se postar na retranca.
Movimentos assaz estudados
De um porvir jamais sussurrado.
No tear daquele embate,
Foi tecendo o xeque-mate.



Mas a ele faltava perícia
Para ressecar da carga a malícia.
Decidiu, de bom gosto, pedir um laudo,
Cujo preposto engenheiro fidalgo
Recorreu a um laboratório.
O que se deu, a ti eu informo:

II – LAVRA

O carvão estava mesmo ativado,
Contudo e sem razão, viajava acompanhado,
E, por pouco, não caiu no choro
Quando apartaram de si tanto ouro.
Vacilou por julgar que oculto
Driblaria um fiscal tão astuto.

Que numa jogada de mestre,
Ungida por fadas terrestres,
Apreendeu cinco quilos de ouro.
E de ombros deu para o tal desaforo,
Já absorto n'outra folia,
Pois no Porto é assim todo dia.



Elemento atômico Setenta e Nove,
Atado à sua poção, meio mundo se move.
Trancado em cofres, cantado em Raul (*)
Ornando altares, pessoas comuns,
Serra Pelada, "Goldenville", "El Dorado"
É o ouro, rapaziada: tão bravio quanto buscado!

Por não se lembrar de catiça,
Exportador correu logo à justiça.
E para embarcar o metal em excesso,
Entupiu um juiz de processo,
Que, de mão, mandou tudo ao tacho:
– Esse auto, eu assino embaixo!

Do ramo, lhe faltou foi bagagem,
Pensando fugir tal passagem
Dos olhos e faro certeiro
Do “Grande Irmão Aduaneiro”,
Que, em contraste ao da literatura (**),
A tudo vigia, mas não manipula.

III – BENEFICIAMENTO

Na sextilha em que o conto termina,
Antepondo o cerrar das cortinas,
Um realce de especial elogio
À elevada Receita Federal do Brasil!
“Quanto mais purpurina melhor!”
(Salve Gil! Saudades de Belchior...)

(*) Ouro de Tolo (Raul Seixas)
(**) 1984 (George Orwell)

Nota do autor: No apagar das luzes de 2024, a Receita Federal do Brasil desfilou uma reluzente ação fiscal que sacudiu o já frenético cais santista, ao interceptar 5 kg de ouro diluídos em 15 toneladas de carvão ativado, numa exportação destinada à Itália. Fruto inconteste da eficiente administração tributária e aduaneira, concebido, gestado e parido pelas equipes de pesquisa, gestão de riscos e despacho que, somadas a tantas outras sob o guarda-chuva da RFB, compõem a maior e mais profícua rede de inteligência natural do Estado Brasileiro.

Terceiro Lugar

Cidadania Fiscal: Um universo, vários versos

João Batista da Silva Machado
Assistente Técnico-Administrativo

Ingressou na Receita Federal em junho de 2015. Chefe da Agência da Receita Federal em Cruz Alta, RS.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Cidadania Fiscal: Um universo, vários versos

Será que o cidadão precisa de atenção?
Levante agora a mão quem achar que não.

É por isso que nessas linhas vim
Para dizer que é importante, sim.

Para que a tua informação se complete,
Veja ali mesmo no site da internet:

Entra no site da Receita Federal, de imediato
E procura por "Cidadania Fiscal", de fato.

Vá no box "Cidadania Fiscal" e clica.
Não tem erro, é só seguir a dica.

Tem um texto muito bem escrito,
Que em parte eis que aqui eu cito:



“Se você deseja participar de uma sociedade mais justa, está no lugar certo”
Viste? Já estás com o site aberto.
Agora role para baixo a barra
(É mais fácil que ouvir guitarra).

Lá tem o NAF, a Campanha de Destinação do Imposto de Renda pra te apresentar;
Conheça Nossa Aduana, Extensão Universitária e Cidadania Fiscal no Currículo Escolar.

Para o cidadão:

A compreensão
Quanto aos direitos e deveres
Relacionados à tributação;
A participação ativa gregária
Na construção de sociedade mais justa e solidária;

A conscientização
Aos contribuintes
Da função
Socioeconômica dos tributos;

A divulgação
Do papel da Receita
Como agente fundamental verdadeiro
Ao provimento de recursos para o Estado Brasileiro.

Mais um grande trabalho da Receita Federal:
O excelente programa Cidadania Fiscal.



Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Homenagem a Deco e Odin

Gediel Pinheiro de Sousa
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal em 1993. Trabalhou na Alfândega do Porto de Manaus/AM (1993 a 1997), na Alfândega do Aeroporto de Manaus (1997 a 2010), na Delegacia da Receita Federal de Maceió/AL (2010 a 2024) e, atualmente, está na Alfândega do Aeroporto de Manaus. Amante de escrita criativa.

Narro a trilha desses "cãespanheiros",
Uma história rica em feitos heroicos,
De lendas vivas e dignas de orgulho:
Deco, um pastor-belga Malinois,
Odin, um pastor-alemão capa preta,
Adestrados no templo da excelência:
O Centro Nacional de Cães de Faro.
A cadência do passo é um entra e sai –
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a casa cai.

Odin de Vitória, Deco de Guarulhos,
A equipe K9 desbrava os Trópicos.
Agentes caninos a serviço do mundo,
Sob o comando de Bob e memória de Bronco.
Em barcos, balsas, sítios, florestas,
Correios, zonas de portos e aeroportos –
Onde quer que haja o cheiro de festa,
Os protagonistas vasculham a praça.
Com Deco e Odin, não há querubim
Que elimine o sinal dos fantasmas.

Uma história de trato, de tato e afago
Entre patas e mãos, cuidado e atenção.
Carinho e amizade, beijos e abraços –
Equipe K9 é uma catedral de emoção.
Heróis de carne e osso da vida real:
Basta a coleira, o amigo, o colete e a guia
Para aflorar a epifania da diversão.
Essa dupla pinta e borda nos pátios –
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, há droga no vácuo.

Com os olhos às cegas, o olfato vagueia –
É o faro que sente a fragrância no ar.
Sejam corpos, borracha, aço ou madeira,
Recantos secretos em cargas ou eiras.
Se binga, o amigo decifra a leitura,

Responde com bola e o gesto é loucura.
O rol de segredos já não tem graça –
É tremura de alvo à beira do laço.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, o filme é sem máscara.

Se um latir colorido realça a pupila
E acende uma pilha de adrenalina,
O olhar inclemente do cão aniquila
O sonho dourado do narcotráfico.
Bagulho em apuro é um conto sádico –
Basta desvelar a prova insuspeita
No fundo falso da malandragem
Para mulas caírem de cara na teia.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a sentença é cadeia.

Vejam só essa do Deco no aeroporto:
Três caixas térmicas com polpa de buriti –
Bingo! Recheio no suco daquele artista.
Já Odin saltou da lancha para o barco –
Em trinta segundos: droga à vista!
Ponta de lança no escuro da ilicitude,
Meros ladrões de sonhos sonâmbulos.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a chuva é de tombos.

A história é de jogo contra o tráfico:
Quase uma tonelada de cocaína,
Quinze ou mais de drogas sintéticas,
Além de cannabis, haxixe e cédulas.
Prisões que alcançam centenas –
Em cada batida, um bolso esvazia.
Na cadeia alimentar da traficância,
Uma relação simbiótica cão-condutor.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, o som toca a valsa.

Amigos fiéis, cem por cento imparciais,
Indiferentes a valores e quantitativos,
Fizeram desta casa uma grandiosidade.
Juntam-se doravante ao panteão dos imortais,
Onde moram Bronco, Noris, Chap e Rosi.
Somos-lhes gratos, amigos incansáveis,
Pela coragem, altruísmo e sensibilidade.
Alçamos seus "aus" ao grito em neon:
Deco e Odin, não há quem se esqueça –
Seus feitos são tochas que inflam o peito.

Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Educação Fiscal nas Escolas

Valmir Paulino Benício
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal através do concurso para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional (atual Analista Tributário), sendo nomeado em 1991. Formado em Administração com ênfase em Comércio Exterior e em Direito. Possui Pós-graduação em Direito Tributário. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 e 20 anos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas/MG em 2008 e 2018. Atualmente, é o Chefe da Agência da Receita Federal em São Sebastião do Paraíso/MG.

Nas salas onde o saber floresce,
Entre cadernos e lápis temos a educação.
É quando também surge
A consciência de participação.

Aprende o jovem que, para o bem do Estado,
Existe o imposto e a contribuição.
Com o livro aberto e o foco iluminado,
Garantiremos o bem da Nação.

Que bom é aprender a ler, escrever,
Mas é preciso também saber ser cidadão:
Conscientizar, participar e entender.

A escola é o templo da Educação,
Aos nossos jovens fomenta o saber,
O direito e o dever do cidadão.



Receita CIDADÃ

Edrieize Falcão Inda Toyoda
Analista Tributária

Ingressou na Receita Federal em 1995. Trabalhou em Uruguaiana/RS nos serviços de arrecadação e tributação. Desde 2006, está em Porto Alegre/RS, onde trabalhou por 13 anos no atendimento presencial. Atualmente, trabalha com atendimento na Esat1.

Receita Federal!

Essa casa de nome forte, que abrange todo o Território Nacional.

Carrega em sua história uma trajetória de grandes transformações.

Éramos pessoas trabalhando com fichas, máquinas, calculadoras, carimbos, almofadas...

Isso tudo ficou para trás...

Temos, hoje, um computador que engloba tudo: fichas, máquinas, calculadora...

Até as pessoas estão nele! Em *lives* onde interagimos, parecendo que estamos lado a lado.

Formamos "comunidades" de trabalho, discutindo juntos em âmbito nacional,

Encontrando respostas.

Democratizamos o conhecimento de maneira fantástica!

Entendimentos se consolidam,

Realidades distintas se aproximam,

Aduanas desafiadoras por este Brasil afora,

Legislação de uma dinâmica ímpar.



Descobrimos que a tecnologia é uma grande aliada nesta evolução, mas...
O mais importante: descobrimos que as pessoas em frente à máquina

Balizam todo este processo evolutivo e fazem toda a diferença.
Rimos, questionamos, chegamos a soluções de trabalho.
Aos que leram até aqui, quero dizer que SIM, são palavras cheias de sentimentalidade...
Saber que podemos falar da gratidão de conviver com equipes que abraçam,
Isso nos faz fortes.
Ligados a um objetivo maior: uma Receita Federal Cidadã!



Soneto da Cidadania Fiscal

Valmir Paulino Benício
Analista Tributário

Ingressou na Receita Federal através do concurso para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional (atual Analista Tributário), sendo nomeado em 1991. Formado em Administração com ênfase em Comércio Exterior e em Direito. Possui Pós-graduação em Direito Tributário. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 e 20 anos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas/MG em 2008 e 2018. Atualmente, é o Chefe da Agência da Receita Federal em São Sebastião do Paraíso/MG.

Na necessidade de manter a Nação inteira,
Surge a Receita, em nobre missão,
Seguindo a lei com firmeza verdadeira,
Promove a arrecadação e mantém a União.

Cidadania não é só uma atitude,
É ter consciência de cada obrigação,
É colaborar e ter solicitude,
É confiar no bem da contribuição.

É saber que cada tributo tem sua função
Para manter a escola, a saúde e a segurança,
E, para isso, precisamos da colaboração.

Sempre com ética e atuação na vida civil,
Rumo ao futuro que se enche de esperança,
Segue assim a Receita Federal do Brasil.



Os premiados recebendo o troféu em cerimônia realizada em Brasília, em novembro de 2025, por ocasião do 57º aniversário da Receita Federal.